

A etnografia no Império: narrar um novo objeto

1.1

Aprendizado da paisagem

Agora porém que o Brasil, felizmente desassombrado da opressão antiga, e tão duradoura; agora, que ocupando lugar distinto na categoria dos povos livres, lhe é já permitido, à sombra de um governo verdadeiramente paternal, o dar-se em desafogo à altura de todo o gênero de úteis aplicações; fora sem dúvida um descuido imperdoável o não fazer ressurgir a sua esmorecida literatura, apresentando na frente dela as excelentes composições poéticas dos seus mais ilustres engenheiros. E quem não vê, que o conhecimento do patrimônio opulento, deixado como herança à mocidade futura por seus tão gloriosos antepassados, deverá necessariamente despertar de novo as sementes do bom e apurado gosto na geração presente, e na que está por vir?¹

O trecho aqui citado é de Januário da Cunha Barbosa, escrito oito anos após os fatos políticos que levaram à Independência política do Brasil, em um dos prefácios de seu *Parnaso Brasileiro*.

Tanto o que diz como as circunstâncias do momento em que escreve parecem significativos por sublinhar uma dupla intenção que se desdobrava no tempo em seu texto: por um lado, naquele momento, era urgente criar na nova nação – mal saída “da opressão antiga” – exemplos para seu futuro literário; para isso, por outro lado, era preciso fazer lembrar e retirar do esquecimento os poetas do Brasil que *já* teriam revelado o gênio literário da nação no passado. A

¹ Januário da Cunha Barbosa, “Introdução” para o *Parnaso Brasileiro*, publicado em 1830. A edição que utilizo está em *Parnaso Brasileiro de Januário da Cunha Barbosa*. Prefácios e índices. Organização, edição, notas e apresentação por José Américo Miranda. Belo Horizonte: UFMG, 1999, p.36.

reivindicação do cônego Cunha Barbosa para que não se perdessem as tradições literárias já encetadas no Brasil, através daquela coletânea que apresentava, pretendia indicar que aquele tempo recente se estendia a um passado anteriormente existente. Era seu próprio intento, porém, que acabava por trair sua fala: naquele tempo recém-inaugurado, derivado dos fatos políticos recentes, no mesmo movimento em que Cunha Barbosa afirmava a existência de uma tradição e de um passado nacional, sublinhava igualmente a necessidade de orientar o futuro literário através deste passado, que antes se mostrava encoberto e que agora lhe parecia passível de esquecimento. Da fala de Cunha Barbosa depreende-se que os acontecimentos políticos, criadores daquele futuro novo, pareciam requerer o “resgate” de um passado, como se ali ele já houvesse, quase descuidando de que ele precisava ser ainda escrito. Mas há mais um elemento que chama a atenção no trecho destacado acima: o apelo à formação da mocidade, e não uma mocidade qualquer, mas aquela que, através dos exemplos deixados pelo “patrimônio opulento” da literatura nacional, pudesse remir todo o conjunto da nação por suas glórias literárias num futuro não muito distante. O encargo deixado à sua geração era o de fazer renascer o “bom e apurado gosto” deitando sementes para um futuro brilhante. Era assim, diante da insistência temporal aqui exposta, e portanto, do apelo à própria História por aquela geração – na coleção, seleção e ordenação dos elementos do passado, tecendo através deles o seu futuro – que se buscava afirmar uma literatura brasileira autônoma e distinta da de Portugal.

Esta literatura autônoma e distinta da de Portugal deveria, retomando os termos aqui expostos, se conduzir por uma *história*, alcançada por uma *mocidade* que saberia dar a feição e buscar as características próprias, particulares, das letras nacionais. Pensar quais seriam essas características que diferenciariam a literatura nacional foi, em grande medida, a tarefa tomada pela geração que seguiu à de Januário da Cunha Barbosa. De fato, é possível ordenar no tempo as sinalizações que encaminharam a busca desta autonomização literária que se entrelaça com a necessidade de uma consciência histórica, situando inclusive o trecho acima citado por uma ótica complementar àquela das próprias categorias emergidas do campo da crítica literária.²

² v. entre outros, Regina Zilberman, “Crítica”, in: Jobim, J. L. *Introdução ao Romantismo*, Rio de Janeiro: UERJ, 1999.

Alguns anos antes da publicação da coletânea de Cunha Barbosa, em 1826, dois escritos se orientariam no sentido daquela autonomização. Um deles seria o *Resumo da História da Literatura do Brasil*, do célebre Ferdinand Denis, literato francês que viajara pelo Brasil durante os anos de 1816 a 1819. Ali, o autor discutia a necessidade da autonomia da literatura brasileira como processo que deveria seguir de par a par com a autonomia política do país, lançando mão da frase que seria ainda por muitas vezes repetida, ao dizer que “a América deve ser livre tanto na sua poesia como no seu governo”. Outro seria o *Bosquejo da história da poesia e língua portuguesa*, de Almeida Garrett³, em que o autor escreveria quase que em tom de reprovação que, embora “as majestosas e novas cenas da natureza” brasileiras já devessem ter “dado a seus poetas mais originalidade, mais diferentes imagens, expressões e estilo, do que neles aparece”, no entanto, a educação européia havia-lhes apagado o “espírito nacional”.⁴ Denis insistiria – assim como o faria Garrett em seu *Bosquejo* – na inspiração que deveria oferecer aos poetas nacionais as cenas da natureza local, dado que elas impingiriam um caráter particular e elevado na sua poesia e literatura (Candido, 1993, vol 1: 262).

Pouco mais de um lustro depois da publicação do *Parnaso* de Cunha Barbosa, seria a vez de Domingos José Gonçalves de Magalhães, com Manuel de Araújo Porto Alegre e Francisco Sales Torres Homem, fundar em Paris a Revista *Nictheroy* (1836). Os editores apresentariam aos leitores brasileiros um periódico que buscava tratar dos temas relativos às “Ciências, a Literatura nacional e as Artes”, e cuja epígrafe “Tudo pelo Brasil, e para o Brasil” já daria o tom do intuito de revelar trabalhos de brasileiros naqueles campos, buscando firmar o terreno da produção das letras nacionais ao mesmo tempo em que procurava defini-las. Almejando preencher este objetivo, seria publicado no primeiro número da revista o “Discurso sobre a História da Literatura no Brasil”, de Gonçalves de Magalhães, texto que se tornaria o marco a partir do qual se fundava o movimento romântico na literatura brasileira. Gonçalves de Magalhães havia apresentado seu “Discurso” inicialmente ao Institut Historique de Paris, como parte do discurso preparado conjuntamente com Porto Alegre e Torres Homem, com o título de “Resumé de

³ v. edição de Regina Zilberman e Maria Eunice Moreira. *O berço do cânone*, Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998.

⁴ A. Garrett. “Bosquejo da história da poesia e literatura portuguesas”, in: Zilberman, Regina. *Ibidem*, p.52.

l'histoire de la littérature, des sciences et des arts au Brésil”, publicado no *Journal de l'Institut Historique de Paris* em 1834.⁵ O lugar institucional de apresentação daquele discurso não seria de pouca significação. Não só a aproximação com as vogas literárias francesas eram enfatizadas em diversas frases de Magalhães em seu “Discurso” como, por exemplo, na afirmação de que “hoje o Brasil é filho da civilização francesa” – explicada a frase pelas conseqüências dos fatores históricos que levaram a vinda da corte portuguesa ao Brasil –, como ainda a fala situada naquela academia marcava uma diferenciação e busca da particularização brasileira, no período de inauguração de um novo tempo aos brasileiros, e que impunha escolhas, que ali se firmava no afastamento em relação a Portugal, este agora visto como agente opressor do caráter nacional.⁶ Tratava-se portanto, no processo da diferenciação exigida, de manifestar além das próprias filiações, a demarcação do que era “indígena” daquilo que era “estrangeiro”; adjetivos pensados por uma orientação romântica que era redefinidora de categorias como a “imitação”, ou o “gênio”, este último pensado enquanto agente que deveria balizar a originalidade transferida à poesia e à literatura de uma nação.⁷ Era sobretudo esta redefinição que se manifestava na questão imposta por Magalhães: “Pode o Brasil inspirar a imaginação dos poetas, e ter uma poesia própria? Os seus indígenas cultivaram porventura a poesia?”

Gonçalves de Magalhães não deixaria dúvidas quanto à sugestão implicada na resposta: “Por alguns escritos antigos sabemos que algumas tribos indígenas se avantajavam pelo talento da música e da poesia, entre todas os Tamoios, que no Rio de Janeiro habitavam, eram os mais talentosos.” Esta assertiva, que já deixava entrever a presença das idéias românticas que se vulgarizavam no espaço europeu, continha uma justaposição de imagens sobre a natureza e sobre os índios que

⁵V. Ledo Ivo, (apresentador) “Discurso sobre a História da Literatura no Brasil”/ Domingos José Gonçalves de Magalhães, Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1994.

⁶ Tratava-se assim de demarcar as próprias filiações intelectuais ao nível das nacionalidades. Sobre o fato de Gonçalves de Magalhães evocar autores como Bouterweck, Sismondi e Denis, e não citar os “Bosquejos” de Almeida Garrett, por uma possível desavença e rivalidades de grupos intelectuais, ver Fernando Cristóvão, “Gonçalves de Magalhães versus Almeida Garrett mas (quase) a mesma visão da Literatura do Brasil”. in: *Quinto Império. Revista de Cultura e Literatura de Língua Portuguesa*, n.3, 1º. semestre de 1994. A questão das escolhas das filiações via nacionalidades como transparece em Magalhães e em tantos outros, no entanto, é bem mais complexa, o que envolveria uma análise sobre o problema que circunda a expressão “rol das Nações Civilizadas”.

⁷ “Só pode um poeta chamar-se grande se ele é original, se de seu próprio Gênio recebe as inspirações”. Gonçalves de Magalhães, D. J. “Discurso sobre a História da Literatura Brasileira”, op. cit.

viriam a confluir na recriação dos sentidos de ‘brasileiro’ – e que, nas palavras de Antonio Candido fundiria “mediocre, mas fecundamente, para uso nosso, o complexo Schlegel-Staël-Humboldt-Chateaubriand-Denis” (Candido, 1993, vol. 2: 14). Para que o Brasil – que passava a ser uma realidade nacional – pudesse inspirar uma poesia genuína, ele já deveria ter seu registro enquanto uma realidade natural, geográfica e continental, que agora deveria ser pensada como fonte da inspiração, que haveria de fornecer uma poesia própria e particular, tal como era aquela mesma natureza. Prova ainda de que a natureza do Brasil poderia ser esta fonte de inspiração para a poesia, era que seus primitivos habitantes – os indígenas – teriam sido os primeiros poetas desta parte do mundo. As considerações de Gonçalves de Magalhães, se de um lado reitaravam a necessidade apontada por Cunha Barbosa de recortar uma literatura nacional e autônoma, implicavam, de outro, em uma novidade, ao encarar o índio como “elemento básico da sensibilidade patriótica” (Candido, 1993, v.2: 19). Note-se que Magalhães, ao mencionar o indígena como fonte reveladora da especificidade local, lançava mão de uma fórmula antiga, que ligava a localidade aos seus “naturais”, sob um mesmo conhecimento. Mas agora, sob o prisma da busca de uma fundação mítica para a nacionalidade, este sentido para “indígena”, presente na idéia de *habitantes-primitivos-do-país*, se somava a um outro, significando o oposto ao “estrangeiro”. O significado de indígena, como encontramos em Gonçalves de Magalhães, repetindo as premissas de Denis, imprimia sobre eles dois registros: de um lado, reforçava a insistência temporal que havíamos encontrado em Cunha Barbosa, na idéia de que já a poesia era cultivada entre aqueles, desde antes da vinda dos portugueses, de outro, sublinhava-lhes um forte sentido espacial, reportando-os à natureza local, como um recorte dentro do continente americano.

Se prosseguirmos em uma “linha do tempo” na qual se poderia delinear a trajetória pela qual transcorria o problema da definição do campo da “nação” para os literatos brasileiros, nos depararemos com o fato de que, nos anos de 1840, as palavras de Januário da Cunha Barbosa pareciam já ter surtido um efeito sobre a mocidade a quem se dirigira mais de dez anos antes. Pois aquela nova geração lhe respondia em reconhecimento àqueles passos iniciais, como fez Joaquim Norberto

ao dedicar o *Bosquejo da História da Poesia Brasileira* ao cônego.⁸ Joaquim Norberto retomaria ainda o mesmo mote de Gonçalves de Magalhães, ao falar dos tempos anteriores à conquista do território pelos portugueses, ao encontrar a poesia já entre os selvagens que “elevavam-se acima dos povos americanos pela sua imaginação ardente e poética”. Justificaria Norberto esta imaginação poética dos indígenas brasileiros pelo papel decisivo que exercia a natureza local: “As encantadoras cenas, que em quadros portentosos oferece a natureza por todos os sítios de nossa pátria, os inspirava, e de povos rudes e bárbaros os faziam povos poetas” (*apud* Cano, 2001: 157). A repetição que esta afirmação fazia das considerações de Magalhães, na eleição dos elementos que evocavam os emblemas e as origens míticas da nacionalidade brasileira, indicam também que a “mocidade”, nos anos seguintes ao *Parnaso* de Januário da Cunha Barbosa, já se preparava no caminho projetado pelo cônego, na formação de uma plêiade letrada nacional. O que se afirmava naquela frase de Norberto, sabe-se, seria a expressão do próprio indianismo, uma das formas que assumiria a busca da expressão literária brasileira ao longo de cinco décadas do século dezenove.⁹

Mas seria também a expressão de um complexo refazer das imagens sobre o índio, que ganharia outras significações, para além daquelas que a experiência da administração colonial havia criado. Às imagens todas que se apresentariam no mundo colonial – do índio como o bárbaro inimigo e escravo, do índio como gentio, do índio como população a ser assimilada, do índio como uma alegoria da América –, incorporava-se, à medida que a geração convocada por Cunha Barbosa tomava para si a tarefa de construção de um campo literário e intelectual autonomizado da antiga Metrópole, a imagem do índio como uma forma de expressar as particularidades do Brasil, ligada às origens do que viria a ser a “nação brasileira”. E era nessa construção, de uma origem mítica, que os índios acabariam por penetrar no âmbito do conhecimento histórico produzido por esta mesma geração.

Neste sentido, procuraremos retomar a produção deste conhecimento histórico sobre o índio a partir dos trabalhos do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB), instituição que se encarregaria da organização dos documentos

⁸ Apud Jefferson Cano, p.157. Como lembra ainda este autor, Pereira da Silva seria outro a lhe fazer menção em seu *Parnaso brasileiro*, de 1843.

⁹ Ver sobre a periodização do indianismo o ensaio de David Treece, “Victims, allies, rebels: towards a new History of Nineteenth-Century Indianism in Brazil”, 1985-86: 57

para uma História do Brasil. O Instituto, criado em 1838, participaria ativamente na formação de certos discursos sobre o índio brasileiro, nos termos que resignificariam as experiências do passado colonial, a partir de um campo de conhecimento criado em seu interior, ao qual podemos atribuir o nome de etnografia. Campo cuja especificidade emergia na medida em que se desenvolvia a produção de conhecimento histórico da instituição, a etnografia dissolvia em seu interior inúmeras imagens sobrepostas, incluindo esta que se criava através do indianismo.

Ao retomarmos as relações entre o conhecimento sobre os índios e as produções de conhecimento histórico do Instituto Histórico, partimos do pressuposto do já clássico artigo de Manoel Salgado Guimarães (1988), de que era o Instituto “produtor de uma certa historiografia, cujos limites são dados pelo lugar onde ela é produzida”, lugar este que traria ainda “as marcas e as fronteiras do Estado nacional” (Guimarães, 1988: 9). Para este autor, a instituição, que tinha como um dos fundadores e secretário perpétuo o cônego Januário da Cunha Barbosa, era “herdeira muito próxima de uma tradição iluminista”, vinculando as produções do conhecimento histórico aos moldes das academias, cujo caráter elitista prevaleceria sobre aquela associação (Guimarães, 1988).

Lúcia Paschoal Guimarães (1995), por sua vez, também procuraria analisar os aspectos dos trabalhos do IHGB, tomando-os como um tipo de produção histórica que entrevia suas relações com a produção de memória, uma vez que a própria atividade da associação letrada, de coleta, organização e seleção dos documentos, não poderia ser desvinculada das orientações políticas de seus sócios. Ao destacar um perfil de seus membros, tomando suas origens sócio-econômicas e regionais, escolaridade, titulação, e a filiação partidária dos principais fundadores, a autora procura demonstrar como a fundação da “Casa da Memória Nacional” vinculava-se à trajetória de homens ligados ao antigo Partido Restaurador (Guimarães, 1995). Um estudo precedente a ambos os autores, é o de Arno Wehling (1983), sobre as concepções de história presentes no Instituto onde o autor busca qualificar as correntes do pensamento histórico de fins do século XVIII e do XIX, para associá-las à produção historiográfica do Instituto, e a uma perspectiva política que tenderia igualmente a fortalecer o elo monárquico

constitucional.¹⁰ Para Lilia Schwarcz, o caráter oficial e monárquico do Instituto seria tanto mais forte quanto se medisse a presença destacada na instituição da própria figura de Pedro II, que a partir dos anos de 1850 seria o promotor da produção cultural do Império (Schwarcz, 1998: 126). O elemento importante que gostaríamos de destacar, a partir do que nos parece ser um ponto comum que tocam os autores acima mencionados é que, ao se analisar a produção do conhecimento histórico no Brasil formulado dentro Instituto Histórico como parte de um projeto nacional em curso, acaba-se igualmente por ressaltar os elementos que se tem geralmente como exteriores às próprias raias deste conhecimento em si, uma vez que tal análise chama a atenção para a constituição menos do passado do que do próprio presente daqueles homens que o produziam. Como recentemente afirmou uma autora, que pesquisava a produção biográfica dos “vultos nacionais” do Instituto, “a administração da posteridade, por suas implicações sociais, produz o encontro da história com a memória, mistura os campos intelectuais e políticos” (Enders, 2000).

Se as relações entre memória e história seriam assim explicitadas no próprio papel social que assumiria o Instituto, e que não deixariam de repercutir os intuitos de “formação da mocidade” de Cunha Barbosa, a existência de um lugar para os estudos etnográficos dentro da instituição deixaria entrever uma relação ainda mais recôndita da história com o mito. Com efeito, o momento de busca de construção das histórias nacionais era também o de afirmação da própria idéia das origens¹¹, cuja expressão dentro do processo em que se via fundar o Império do Brasil dava lugar às imagens do indígena e da natureza renovadamente elaboradas. Inserido em um plano mais geral, este momento replicava o da “reabilitação do mito” que ocorria entre Europa e América, onde a glorificação de heróis e deuses através da literatura na descoberta de um tempo primitivo pleno possibilitava a equivalência de todos os povos em suas grandezas, abrindo espaço, pois, para uma nova comunhão entre os concidadãos (Cf. Starobinski, 2001: 257). Questão cara aos formadores da nova geração posterior à Independência, a legitimação oferecida às novas nações por uma universalização de suas glórias no

¹⁰ Arno Wehling, “As origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”, Revista do IHGB, 338, 1983.

¹¹ Para uma problematização da questão no Romantismo brasileiro, v. entre outros, Flora Sussekind, “O escritor como genealogista”, em: Pizarro, Ana. *América Latina: palavra, literatura e cultura*. vol.2, Campinas, UNICAMP, 1994.

passado através do mito unificaria os diferentes discursos sobre os primitivos habitantes do território do Império em seu aporte à construção da História pátria.

É este o aspecto que gostaríamos de destacar nos discursos dos letrados que vimos acompanhando até agora neste pequeno percurso. Eles impunham olhar para a literatura nacional tecendo sobre ela toda a urgência de um tempo histórico a ser vivificado, cujo fundamento de equivalência ao modelo das antigas nações estava nos elementos vistos como primordiais: a paisagem brasileira, e dentro dela, o índio. Eles ainda elaboravam uma costura entre a natureza e o índio que já vinha sendo traçada desde tempos antes. Mas tal costura apareceria mais nitidamente, como afirma Antonio Candido, quando a paisagem brasileira se tornasse o palco da manifestação de um verdadeiro “pré-romantismo franco-brasileiro”, ocorrido entre 1820 e 1830, com a instalação nas paragens naturais das matas e florestas na Tijuca dos membros da comissão artística ainda na corte de d. João VI (Candido, 1993, vol 1: 262). Seria com a participação de Ferdinand Denis, um dos autores que abrem nosso percurso, e ainda de outros, como Théodore Taunay, Gavet et Boucher, que viria a se consagrar a associação já tão presumida entre a natureza brasileira e o índio. Ainda, segundo Isabel Lustosa, a consagração de uma imagem de grandeza do país através da paisagem natural seria verificada na inauguração da imprensa no Brasil, no início da década de 1820. Constata a autora que em um jornal efêmero denominado *Brasil*, o país seria apresentado como um gigante índio, cujo corpo que se estirava “do Orelana ao Prata”, se levantava para defender, como um “galhardo mancebo” que não gostava de discursos, os caminhos a serem seguidos na sua emancipação (v. Lustosa, 2000: 50). O período da Independência, como indica o trabalho de Isabel Lustosa, era um momento privilegiado para verificar como a palavra ‘brasileiro’ – que assumia novos sentidos desde então – fazia precipitar as alusões aos elementos da paisagem e do indígena do Brasil, que se verificavam não só na imprensa, como também nas representações festivas e nos nomes assumidos pelos que aderiam à causa da Independência. Não seria demais lembrar o nome do jornal de José Bonifácio, neste período iniciante da imprensa, denominado de *Tamoyo*.

Nosso objeto de estudo, que concerne às formas de apresentar o índio pela instituição de letrados do Império, necessariamente toma como ponto de partida este entrelaçamento com a criação de um discurso sobre a paisagem. É neste

sentido, que procuraremos abordar aqui o conceito de *natureza local* e que buscaremos desenvolver a partir de uma idéia que denominamos de “aprendizado da paisagem”. Acreditamos que é a partir de um processo, em que se engendrava o conhecimento da natureza local e de destacá-la a partir de um território circunscrito, que se tornou possível demarcar os quadros de compreensão do nosso objeto – os discursos de meados do século dezenove sobre os índios do Brasil.

A paisagem natural passaria a servir como um suporte para que se definisse para a elite letrada o conjunto de coisas nomeáveis como nacionais. Ao mesmo tempo em que se elegia a natureza do Brasil e seus representantes diretos – os índios – como emblemas nacionais, passava-se também a conhecer esta mesma natureza como um *aprendizado material e científico* daqueles elementos mesmos desta paisagem natural evocada, implicando este processo em uma via de mão-dupla. É dentro deste processo que se abria a possibilidade de transformação do índio em um objeto academicamente recortado pelo Instituto Histórico; objeto que se via reportado à história e à geografia do país. O aprendizado da paisagem se traduzia assim em uma operação que criava para parte dos homens letrados do império uma imagem da nação, ao mesmo tempo em que ia formando através dela uma tradição.

Ao tratarmos agora deste aprendizado de uma paisagem no momento de busca de autonomização da produção cultural brasileira, é preciso ter em conta que este seria um dos aspectos recorrentemente frisados por nossa historiografia nos debates a respeito da constituição da nação, e que desde há tempos ganha realce para pensar as relações entre cultura, sociedade e Estado no Brasil imperial.¹² Um dos pontos bastante frisados a respeito das relações entre as instâncias do Estado e da nação no Brasil oitocentista tem tratado dos desajustes em torno da idéia de nação e uma correspondente necessidade de transpor tais desajustes a partir de imagens que frisassem uma coesão. Tais desajustes frente a uma formação da literatura nacional já haviam sido colocados por Antonio

¹²Nas referências mais recentes sobre o assunto, Maria Helena Rouanet, por exemplo, lembraria a bifurcação entre Norte e Sul que ocorreria nas representações sobre a América, a partir das independências, levando consigo a bifurcação dos conceitos de história/civilização, por um lado, e de Natureza por outro. Trabalhos como os da própria Rouanet (1991) e de Flora Sussekind (1990), transportaram do diálogo entre história e literatura o papel do conceito/imagem/discurso sobre a Natureza para o estudo da cultura oitocentista brasileira. V. ainda, entre outros, Ricardo Salles, *Nostalgia Imperial*.

Candido, em *Formação da Literatura Brasileira*, sobre o movimento romântico brasileiro. Nos termos postos por Flora Sussekind, em *O Brasil não é longe daqui*, são aqueles desajustes expressos na própria frase que dá título ao livro, assim como outras que os expressam, como a frase de Saint-Hilaire, que a autora cita: “Havia um país chamado Brasil, mas absolutamente não havia brasileiros”. Esta proposição, para a autora, deixava os “desajustes à mostra, a contrapelo, imaginando-a [a frase], por exemplo, expressa por um brasileiro qualquer diante da imagem coesa, original, paradisíaca, de nação que se procura construir nas décadas seguintes à Independência sob a tutela da classe dirigente do Império”. A unidade que se busca contrapor ao desajuste é desta forma construída, nas palavras da autora, “com a decisiva colaboração de uma prosa de ficção que, no momento mesmo em que começa a se definir com maior precisão no panorama cultural brasileiro, passa a se oferecer não propriamente como literatura, mas como mapa unificador, tratado descritivo, paisagem útil” (Sussekind, 1990: 22). Útil porque a paisagem toma o lugar da contrafeita base de uma nação que ainda precisava ser definida. Útil, ainda, porque ela criaria quase que por si só um discurso sobre a grandeza e a unidade da nação. Tal exercício narrativo, ainda para Flora Sussekind, ter-se-ia valido das inúmeras descrições da natureza tropical realizadas por naturalistas e outros viajantes estrangeiros, que imprimiriam uma imagem-Brasil. É um pouco nesta esteira que nos aventuramos a percorrer, ao procurarmos abordar paralelamente os campos de conhecimento donde emergia a etnografia naquele momento, o processo pelo qual se formulavam os novos sentidos para a palavra ‘brasileiro’.

Ainda, poderíamos novamente lembrar a referência ao “indígena” feita por Gonçalves de Magalhães em seu “Discurso”. Nela, como destacamos, sobressai uma dupla abordagem sobre o primitivo habitante do território do Império: como elemento que servia para simbolizar a nova “comunidade” nacional por uma referência que já se obtinha no espaço, através do vínculo de sua imagem com este mesmo território; e como elemento que passava a oferecer o sentimento de comunhão no tempo, a partir da reabilitação mitológica operada naquele momento. Espaço e tempo, geografia e história, constituem assim as duas portas de entrada por onde os estudos sobre os índios viriam a ganhar legitimação dentro do Instituto. Por ora, no entanto, e evitando que este esboço de discussão possa ir

para mais longe, procuraremos nos ater a estas duas referências que sinalizam para os campos de conhecimento implicados na formulação de um campo de discussão sobre os “índigenas” na instituição do Império. É a partir da sobreposição das referências geográficas e históricas para se pensar os índios que adquire forma, como um novo objeto, a etnografia que se criava no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. Neste capítulo, é no exame dos diferentes campos de conhecimento em que se formulava um recorte próprio para a etnografia, que nos deteremos.

1.2

Natureza brasileira

Corografias, cartografias e topografias: o território do Império do Brasil

Juntamente com os debates sobre o que seria nacional na poesia e na literatura conduzidos pelos homens de letras, emergia a inquirição pela definição dos limites do território nacional, questão que se tornaria frequentemente discutida dentro do Instituto Histórico. Em 1837, o sócio fundador do Instituto Histórico marechal Raimundo José da Cunha Matos ressentia-se da falta de conhecimentos precisos sobre as fronteiras do Império:

nem todas as suas fronteiras externas se acham conhecidas e demarcadas: e até mesmo se ignoram os contornos de algumas Províncias internas, que não existem habitados, nem foram reconhecidos por homens que determinassem as suas situações astronômicas. (Cunha Matos, 1837: 344).

Autor de várias *Corografias e Itinerários*, Cunha Matos podia ser visto como uma das autoridades sobre o conhecimento geográfico do país dentro do Instituto. Em suas andanças pelo vasto domínio português da América, o

marechal, desde sua chegada a este continente em 1817, anotava sistematicamente os dados das localidades por onde passava.¹³

A falta de um conhecimento mais preciso sobre o território apontada acima era parte da exigência que se tornava premente, desde o momento da configuração de um território nacional que se sobrepôs ao vasto território da antiga América portuguesa. Com efeito, a importância da questão territorial e de sua unidade, como avalia Demétrio Magnoli, era concomitante ao nascimento do novo Estado imperial, formado sob a necessidade de congregar as elites regionais na representação de seus interesses no cenário internacional (Magnoli, 1997: 84). A ruptura de 1822 indicava a demanda de uma nova legitimação para o Estado imperial recém-criado, cujo surgimento, deslocando a “fonte de legitimação do poder” anterior (Berbel *apud* Magnoli, 1997: 91), deitava-se já no recorte do espaço territorial “herdado” da sua ex-Metrópole, mantido naquele o sucessor direto do trono português. O delineamento das fronteiras do Império do Brasil, e mais que isso, o desenvolvimento dos conhecimentos geográficos para que fosse efetuado um verdadeiro esquadramento do território, seria assim um projeto em vias de ser realizado e que se identificava com a própria compleição da definição da nacionalidade, imposta desde a emancipação. Era a importância vital deste conhecimento, portanto, que seria relembra na fala de Cunha Matos.

Por detrás da necessidade de definir os espaços territoriais estaria o projeto de constituição de um espaço definido como um território que se queria contínuo, uma unidade, cuja legitimação estaria inscrita na Natureza. Neste sentido, as diversas *corografias*: escritas que faziam a descrição das regiões, incluindo a apresentação de sua natureza física – suas serras, montanhas, rios, vales –, e a inscrição dos elementos naturais e humanos presentes neste espaço; as topografias; e os dicionários geográficos eram primordiais para a configuração mental e discursiva dos letrados brasileiros sobre a unidade territorial do Império. Um exemplo eloquente da procura por bem conhecer as regiões que compunham

¹³Raimundo José da Cunha Matos nasceu na cidade de Faro, no Algarve, em 1776. Antes de sua vinda ao Brasil, Cunha Matos circulara pelas possessões lusas, tendo sido capitão-general das ilhas de São Tomé e Príncipe em 1806. De sua permanência na África por vários anos, resultara a *Corografia Histórica das Ilhas de São Tomé e Príncipe*, o *Compêndio Histórico das Possessões de Portugal na África*, entre outros escritos. Já no Brasil, escrevera a *Corografia Histórica de Goiás*, a *Corografia Histórica da província de Minas*, do qual em parte nos utilizaremos neste capítulo. Recentemente, foi re-publicada seu *Itinerário do Rio de Janeiro a Goiás*, Belo Horizonte: Instituto Amílcar Martins, 2004; obra que foi impressa pela primeira vez em 1837.

o ainda desconhecido Império do Brasil, estava na reedição em 1833, posterior à morte do autor, Manoel Ayres do Casal, da *Corographia Brasilica*.¹⁴ Obra única que se conhece deste padre português – que segundo Capistrano de Abreu, para realizá-la, além das viagens a algumas das localidades que descreveu, investigou os documentos disponíveis na Biblioteca Pública da Corte e no Arquivo Militar¹⁵ – foi editada pela Imprensa régia em 1817, e pode ser vista como o resultado de um esforço de conhecimento pela monarquia portuguesa do que era então o Reino do Brasil.

Outras obras ainda expressavam esta busca por compor em um todo a imagem do território, como a edição do *Diccionario* e do *Atlas do diccionario geographico, histórico e descriptivo do Brazil*, de Milliet de Saint-Adolfé, de 1845. O *Diccionario Topographico do Império do Brasil*, de José Saturnino da Costa Pereira, cuja primeira edição era de 1834, procurava realizar o levantamento de todas as localidades que se conheciam, e dizia conter

as Descrições de todas as Províncias em geral, e particularmente de cada huma de suas Cidades, Villas, Freguezias, Arraiaes, e Aldeias, bem como os Rios, Serras, Lagos, Portos, Bahias, Enseadas, etc. Com muitas Demarcações de Latitudes e Longitudes dos lugares, tiradas das mais acreditadas observações; finalmente a noticia das Nações Indígenas, assim domesticadas, como selvagens, habitantes no território Brasileiro.¹⁶

Destaque-se aí a inserção das “nações” indígenas na representação deste todo territorial conhecido, entre vilas, cidades e acidentes geográficos. Dando a elas os nomes conhecidos, indicando se eram “selvagens” ou “domesticadas”, as nações representavam exatamente os lugares por elas preenchidos na topografia do Império. Suas descrições, entretanto, vinham sob a forma tradicional de conhecimento etnográfico existente nos relatos de viajantes ou nos relatórios administrativos, traçando hábitos, índole e uma menção ao seu estado de

¹⁴ Cf. Sacramento Blake, *Diccionario Bibliographico Brasileiro*, vol. 6, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1970 (1900), p.33. Segundo Alcides Bezerra, Chichorro da Gama teria desvendado que a data de 1845, que aparece em alguns exemplares, e que levou a crer que se tratava de uma terceira edição, era falsa, tratando-se na verdade da mesma edição de 1833. Cf. Bezerra, A. “A Geografia do Brasil no século XIX”, em: *Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro*, tomo 36 (2º. sem.), 1932, p.118.

¹⁵ Cf. Abreu, Capistrano. “A Geografia do Brasil”, em: _____. *Ensaio e estudos*, 2ª. série. Rio de Janeiro/Brasília: Civilização Brasileira/MEC, 1976, p. 22.

¹⁶ José Saturnino da Costa Pereira, *Diccionario Topographico do Império do Brasil*, Typ. De P. Gueffier, 1834.

civilização. No Dicionário, encontraríamos vários verbetes curtos, como por exemplo sobre os Gamelas: “nome dado a uma Nação Indígena, na Província do Maranhão. Habita uma porção meridional da mesma Província, vivendo de caça e pesca.” Os Parecis, por sua vez, seriam descritos como “Nação Indígena da Província do Mato Grosso. Habita nos campos do mesmo nome; hoje quase domesticada”. Na profusão de nomes de inúmeras “nações” que registrava, destacava o autor em sua Introdução uma certa configuração geral dos índios do território do Império, a despeito da constatação de algumas variedades entre elas, resultantes das índoles particulares e dos efeitos da localidade, além da “maior ou menor distancia em que se achão do estado natural”. Ainda que notasse estas características peculiares, o autor procurava salientar os aspectos que caracterizavam os índios do Brasil como um todo:

Em geral porem os Indigenas do Brasil são corpulentos, robustos, sadios, e de vida prolongada, em ambos os sexos; não sendo raro encontrarem-se selvagens nonagenarios, quando tem escapado da sorte da guerra, ou dos desastres a que sua vida errante os expõem continuamente.(Pereira, 1834: XIV)

Acrescentava ainda que “à reserva de mui poucas Nações os Índios são geralmente cobardes, e raramente atacam à força descoberta”, mas que no entanto encontravam-se algumas nações verdadeiramente corajosas nas margens do Tocantins. Destacava outros aspectos gerais, como as indumentárias, as bebidas, a crença em um Criador Supremo, o culto aos mortos, a presença de caciques em sua organização política. Dizia também que não constatou a poligamia, e concluía nas considerações sobre os índios dizendo: “Taes são os costumes que em geral se podem atribuir a todas as hordas de selvagens no Brasil: o mais é particular a cada uma delas”. A presença dos verbetes como Ximbuías, Aimbores ou Guaicurus, ao lado de Joaseiro e Xingu no Dicionário nos interessa como primeira sinalização para a compreensão dos índios como elementos vinculados ao conhecimento do espaço territorial do Império: onde não havia o mapeamento bem elaborado, punha-se em seu lugar a descrição dos habitantes selvagens do território. Neste traçar do conhecimento do território, do qual o Dicionário seria uma expressão, curiosamente era nele imposto um *lugar* de compreensão dos índios, adequando-

os no processo que buscava a definição geográfica necessária à própria identidade geopolítica do Império.

A importância dada a este trabalho de Costa Pereira pode-se medir pela decisão do governo imperial de distribuí-lo por todas as províncias do império, em 1838. No relatório anual, como ministro dos Negócios do Império, informava Francisco de Paula de Almeida e Albuquerque que o governo havia comprado 180 exemplares do *Diccionario Topographico do Brasil* e que “tem contribuido com quanto está da sua parte para que o autor obtenha os esclarecimentos necessarios á correção, e maior desenvolvimento daquella Obra, na segunda edição que della fizer”.¹⁷ Não só o fato memorado no relatório aos parlamentares por si é significativo, como um outro elemento chama-nos a atenção: já se previa uma correção do seu conteúdo, bem como a reimpressão de uma segunda edição, ponto que não deixa dúvidas sobre a necessidade de se mapear em precisão e em escala mínima todo o território.

O autor, nascido na província do Rio Grande do Sul, foi presidente da província do Mato Grosso, e se empenhou em fazer conhecer os dados relativos ao território do Império, após ser eleito membro da Comissão de Estatística, em 1827. Suas remessas de produtos naturais e de artefatos de indígenas do Mato Grosso, os quais seriam incorporados ao acervo do Museu imperial¹⁸, podem assim ser compreendidas como parte daquele mesmo esforço de conhecimento geográfico do país. O envio dos produtos naturais das diversas regiões do Império para o Museu era uma diretriz que foi adotada pelo governo, e que havia sido proposta em 1825 pelo então diretor do Museu, João Silveira Caldeira ao ministro Estevão Pinheiro de Resende, pedindo às províncias que enviassem de cada uma de suas localidades diversos objetos de história natural (Lopes, 1997: 60).

As controvérsias e polêmicas ainda fariam parte da ambiência em que eram levados a lume os trabalhos que buscavam descrever as diversas regiões do Império. Tais polêmicas, motivadas por “ignorância” de uns e outros, e pela mal-

¹⁷ *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa na sessão ordinária de 1839, pelo Ministro e Secretário de Estado Interino dos Negócios do Império*, Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1839, p. 14.

¹⁸ José Saturnino havia enviado exemplares de uma nova espécie de macacos desconhecida, que fora catalogada por Silva Maia com o nome de *Petechia saturnina*, em homenagem ao presidente da província. Cf. Margaret Lopes. *O Brasil descobre a pesquisa científica*, São Paulo, 1997, p. 61. Lopes ainda conta que foram aquelas peças etnográficas as utilizadas por Debret para pintar suas pranchas dos artefatos indígenas brasileiros.

querença evidenciada na disputa pela primazia de seu veredicto descritivo, incorporavam uma série de acusações sobre erros de informações e inexatidões, como deixa à mostra a publicação do “Discurso dirigido ao Instituto Histórico e Geográfico do Brasil”, de Antonio Ladislau Monteiro de Baena, autor do *Ensaio Corográfico*, que vinha se defender das críticas do sócio fundador do Instituto Histórico, José Joaquim Machado de Oliveira, dirigidas a ele e ao autor da *Corografia Paraense*, Ignácio Accioli de Cerqueira e Silva. O texto de Baena fora publicado no Maranhão, uma vez que, segundo o reclamante, o Instituto Histórico havia vetado a impressão de uma carta apologética sua em 1840, com a justificativa de não querer “converter este periódico em folha de polêmicas tão desagradáveis até mesmo nos jornais políticos.”¹⁹ As disputas entre esses homens sobre os dados mais corretos ainda deixavam entrever o papel que exerciam as autoridades consideradas referências obrigatórias, como era o caso de Aires do Casal. Atitude que revelava a forma como os debatedores buscavam suprimir as discordâncias sobre pontos inexatos de um conhecimento geográfico que estava fora de seu alcance.

A legitimação da demarcação física do Império ia sendo respaldada por formas diferentes de trabalhos geográficos que colaboraram no acréscimo do conhecimento do território. Corografias, mapas, itinerários, memórias sobre limites e mesmo as polêmicas indicam a importância atribuída ao conhecimento do território, conhecimento que, como vimos acima, acabava incluindo em seu conteúdo as nações indígenas associadas ao espaço que ocupavam nos sertões ignotos. A idéia de uma unidade deste território era professada na inclusão de todos os seus elementos internos como parte de uma mesma totalidade, inclusive os índios, cujo caráter geral muitas vezes era ressaltado por uma uniformidade. A coincidência entre a extensão ocupada pelas tribos de origem tupi-guarani falantes de uma mesma “língua geral”, e a dimensão do território nacional seria um dos dados que reforçavam a tese da unidade. Essas idéias equivaliam ao argumento de defesa dos “limites naturais” do território. Segundo Magnoli, a doutrina das fronteiras naturais teria surgido no século XVIII, na França iluminista, “funcionando como justificativa, a posteriori, dos limites do Estado nacional e

¹⁹ Baena, “Discurso dirigido ao Instituto Histórico e Geographico do Brasil”, p.2.

princípio organizador das relações com os países vizinhos”, sustentado este princípio a partir de uma idéia de predestinação geográfica (Magnoli, 1997: 21).

Em 1839, complementando em parte as considerações esboçadas por Cunha Matos em 1837, era publicada no Instituto Histórico a memória do visconde de São Leopoldo, “Quais são os limites naturaes, pactados e necessários ao Império do Brasil?”, onde ficaria claro como se cruzavam a geografia e a história como formas de conhecimento cruciais sobre a questão da configuração territorial do Império. A história e a geografia viriam a se cruzar dentro da instituição em várias discussões, como nas encaminhadas por personagens como Duarte da Ponte Ribeiro, autor de 180 memórias sobre o problema das fronteiras, e Conrado Jacob Niemeyer, autor da carta do Império de 1846.

Compondo a paisagem

Embora trabalhos como os destacados acima manifestassem os esforços direcionados para o conhecimento do espaço territorial, este não era de todo tido por um consenso definido. Sabe-se que as disputas e distâncias entre os poderes locais e a política que se impunha como hegemônica no centro-sul; as rebeliões de diversas naturezas; as múltiplas identidades que não se adequavam à nova identidade política forjada; somadas à incapacidade real de mapeamento permaneciam esgarçando o sentido geral de uma unidade do território brasileiro, tornando premente para os construtores do Estado imperial a afirmação de um *contínuo* espacial a partir de referências materiais que permitissem representá-la.

Desta maneira, evocar a Natureza tinha força de persuasão porque era algo que se tornava cada vez mais conhecido pela ótica das ciências naturais, cujo dado concreto poderia passar por insofismável e como elemento de relevo, não apenas no que indicava como “riqueza” de uma determinada região, tal como já entendia a filosofia econômica do século XVIII, mas como no que passaria a ter de simbólico. Nos discursos políticos e nos textos históricos, a recorrência aos elementos da Natureza daquela porção da América serviria assim para fortalecer aquela idéia de unidade.

A integridade territorial como que inscrita na própria natureza era reforçada por afirmações como a de José da Silva Lisboa, o visconde de Cairú, em sua *História dos principais sucessos políticos do Império do Brasil*, de 1826, que diria que o território brasileiro era uma península, formada por suas condições geográficas particulares. Afirmava Cairú que

esta Península tem a singularidade de parecer formada pela natureza de uma peça inteiriça, circunvalada de uma longa banda de recifes, de mais de mil léguas de longitude (*Histoire de troubles du Brésil, de Pierre Mariau, citado por Bernardin de Saint-Pierre. Etudes de la Nature*), extraindo-se daquelas mesmas condições naturais, uma “fisionomia geológica superior à Europa, contando-se ainda que aquele território mantinha a integridade desde seu descobrimento “com a mesma Religião, Língua e Lei”²⁰.

O projeto político embutido nas palavras de José da Silva Lisboa mostrava-se como o herdeiro da administração colonial portuguesa de um território dado como uno, e cuja origem já contrastava com a das novas repúblicas americanas, nascidas sob a marca da fragmentação e da “anarquia”. A exaltação da natureza daquele território, cuja “fisionomia geológica” seria superior à da Europa, era uma das características de seu discurso, apoiado no conhecimento que as ciências poderiam fornecer sobre as riquezas naturais do país.

O conhecimento das riquezas naturais dos domínios coloniais revelava-se ao longo do tempo em uma construção que ganharia novos sentidos, na medida em que se buscava consolidar o entendimento do que seria o Estado nacional após a Independência, e na medida em que aquela evocação da natureza, pelos conhecimentos anteriormente expressos, poderia aparecer como um fundamento alheio à própria intencionalidade dos defensores da unidade, como transparecia na fala de José da Silva Lisboa. Em outras palavras, era a partir de um conhecimento formulado pelo olhar metropolitano, de que também se imbuíram homens como

²⁰ José da Silva Lisboa (visconde de Cairú). *História dos principais sucessos políticos do Império do Brasil*, Rio de Janeiro: Tip. Imperial e nacional, 1826.

Cairú ou José Bonifácio,²¹ que se tornou possível discursar sobre a unidade para parte daqueles que passaram a se designar como *brasileiros*.

Demétrio Magnoli veria nos discursos como o do visconde de Cairu, o forjamento dado pelo Estado imperial do antigo mito da Ilha-Brasil, de longa vida, e que seria tecido no Império do Brasil, paralelamente ao mito das origens que fundavam o território nacional em tempo anterior à descoberta. Neste sentido é que se dava uma equivalência entre o conhecimento histórico e geográfico, quando se tratava de garantir a idéia de unidade, uma vez que

A definição e a delimitação do território apareciam como condições essenciais para a construção da nação: assim como a tradição é a pátria no tempo, o território é a pátria no espaço.

Da mesma maneira como o indígena era “lançado” no tempo para fundamentar o mito de origem, como veríamos em Gonçalves de Magalhães, a formulação de um conhecimento geográfico reforçava o mito da unidade do território, veiculado sobre o espaço ocupado pela “nação”. A unidade territorial que agora se erguia sob uma organização política específica teria, nessa perspectiva, suas feições já fabricadas pela própria natureza.

Assim, ainda segundo Magnoli, o que distinguira o processo de formação do Estado imperial no Brasil da de outros países – já que, a seu ver, nas relações entre Estado e nação sempre há um elemento de “fabricação” que revela uma “precedência” do primeiro elemento em relação ao segundo – teria sido “a produção de um imaginário geográfico específico destinado a prolongar no futuro, como realidade, o mito de um território preexistente” (Ibidem, 131). Desta maneira, a idéia de uma unidade territorial do Império como que garantida por limites naturalmente construídos, em uma extensão onde não haveria convulsões geológicas – nem terremotos, nem vulcões – como se afirmava na *História Geral do Brasil* de Varnhagen, daria suporte à manutenção da integridade do projeto político monárquico, defendido expressamente pelo Instituto Histórico.

²¹ Como conta Isabel Lustosa, em 1819, José Bonifácio já exaltava as riquezas e a grandeza do território da “Nova Lusitânia” (termo por ele empregado), em sua fala de despedida da Academia Real das Ciências de Lisboa. V. Lustosa, *Insultos Impressos, op. cit.*, p. 50.

Entretanto, e em parte, ressaltamos aqui uma proposição distinta, uma vez que insistimos nos elementos que formularam a possibilidade mesma, por parte dos homens que falavam do território, de conhecer esta natureza de um conjunto que veio a se denominar Brasil, como uma construção conjugada entre a realidade e o discurso. Afinal, o próprio recurso evocativo precisava se nutrir daquele processo de aprendizagem ao qual fizemos menção, o que nos leva a indagar sobre as condições de possibilidade dos conhecimentos sobre a natureza e da transformação de seus significados. É preciso antes, portanto, questionar-se sobre os possíveis significados do conhecimento da Natureza para os homens do Império. Isto porque, este conhecimento, coordenado e acumulado em um “lugar” específico, que adiantamos, teve seu centro na Metrópole, incorporava a idéia de “localidade” presente nas especificidades regionais para a representação em um todo, refletindo-se na grandeza e unidade de um Império. Era essa evocação que parece ter tido continuidade no momento da busca da singularidade nacional, nas formas de se perceber e falar desta mesma Natureza.

Trata-se portanto de rever aquelas evocações à natureza do Brasil que reforçariam a idéia de um Império, como parte de um processo de transformação das experiências cognitivas sobre a natureza local, retomando assim as visões que já tinham dado o seu encetamento em um momento anterior à Independência, e cuja origem encontrava-se situada na crise do sistema colonial, quando ocorriam mudanças políticas que visaram relevar o lugar do Brasil no interior do Império português.²²

As diretrizes políticas que sublinhariam o papel do conhecimento da natureza em prol de seu aproveitamento como um recurso prático em benefício do Estado português dava ensejo ao desenvolvimento de um conhecimento mais sistemático dos elementos naturais do território, o que ia moldando um recorte da América, mais palpável e visível. Exemplo mais conhecido e talvez eficaz desta visibilidade que ganhava a natureza particular do território português na América pode ser retirado da *Viagem Filosófica* empreendida por Alexandre Rodrigues Ferreira, entre 1783 e 1792. Além do estudo dos terrenos próprios para o cultivo de certos produtos, realizados em regiões do Pará e Maranhão, Rodrigues Ferreira

²² V. a respeito das transformações que modificavam as relações de Portugal com as colônias, em particular na América portuguesa, Keneth Maxwell, *A devassa da devassa*, São Paulo, 2001, 5^a. ed.

produziu uma enorme coleção de produtos naturais que foram conservados no Museu da Ajuda em Lisboa, os quais em grande parte foram mais tarde roubados pelo exército francês para o Museu de História Natural de Paris, com as invasões napoleônicas em Portugal (Vanzolini, 1996: 197).

Mas a questão de um aprendizado da paisagem do Brasil ainda deve ser lida à luz das contribuições de vários historiadores que se questionaram sobre a emergência de uma especificidade Brasil, atada às diferentes e por vezes contraditórias identidades que se criariam posteriormente dentro da designação de brasileiro.

Para Sérgio Buarque de Holanda, o processo de olhar a especificidade local, e que mais tarde se contraporia à Metrópole, incluiu primeiramente uma ocorrência mais ampla, um deslocamento do topônimo América e da designação de americanos, para a alusão à diferença daqueles últimos com as metrópoles. Quando Basílio da Gama referia-se a si mesmo como americano, para marcar sua condição de “filho de um mundo novo e inaugural”, a atitude seria ainda pouco comum nas Américas.²³ O historiador sugere uma coincidência no uso dos vocábulos América e americanos, para designar os grupos locais nascidos em solo americano, em contraposição aos metropolitanos, com o processo de emancipação das colônias em associação ao nacionalismo. Desta forma, segundo Sérgio Buarque, os termos América e americanos seriam vulgarizados nas colônias inglesas somente a partir de 1760, após a captura de Quebec aos franceses, e nas colônias espanholas, ainda mais tardiamente, após 1789. Em outro momento, o historiador, apontando para o problema da formação nacional no mundo da América portuguesa, notava que a questão ganharia relevo a partir da apropriação da imagem do índio, intento que se realizava como ato contínuo a este mesmo percurso de surgimento dos usos diferenciados dos vocábulos América e americanos, em todas as colônias do continente. Diz o autor em *Visão do Paraíso*:

²³“É de supor que, mesmo entre seus confrades europeus da época, o nome ‘americano’ para indicar um mazombo como José Basílio da Gama passaria por novidade. O topônimo ‘América’, embora relativamente usual no Brasil de então, não o era tanto nas demais colônias européias e as espanholas, prolongando um equívoco tão remoto como as navegações de Colombo, preferiam dizer Índias: Índias de Castelas. Graças à viagem de Vasco da Gama ficaram os portugueses, de certo modo, prevenidos contra um tal engano, e se ao Conselho da Índia puderam estar afetos, de início, também os negócios do Brasil, sua substituição ao tempo de D. João IV, pelo Conselho Ultramarino tendeu a resolver a dúvida.” Cf. Holanda, “Gosto arcádico”, in: Lafer, Celso et alii. *Esboço de figura – homenagem a Antonio Candido*. São Paulo: Duas Cidades, 1979, p.335.

A exaltação do antigo natural da terra só há de surgir, verdadeiramente, entre autores de língua portuguesa, e já então por efeito de influências estranhas e eruditas, no Brasil do século XVIII. De uma época em que, tendo cessado de corresponder para a maioria daqueles autores a uma realidade atual, o índio já estava apto, por isso, a converter-se em uma idealidade e em um símbolo: o símbolo de que se não de valer depois os luso-brasileiros para se oporem aos portugueses da Europa. (Holanda, 1994: 314)

Entretanto, se uma leitura apressada desta afirmação de Sérgio Buarque poderia levar a uma perspectiva de continuidade entre os árcades e os românticos do século XIX, como se os primeiros fossem seus precursores, há que se atentar para a vigência de valores políticos e culturais bastante distintos em um e em outro momento. Ao contrário, esta continuidade foi ela mesma uma construção da geração romântica, quando retoma sua leitura da poesia de Basílio da Gama, por exemplo. Ivan Teixeira pretendeu rever esta postura dos românticos ratificada posteriormente pela crítica de inclinação nacionalista. Para este autor, o *Uruguay* é menos uma epopéia brasílica do que um encômio alegórico, formado dentro de um contexto do mecenato pombalino:

Como que seqüestrado do Neoclassicismo pelos românticos, O Uruguay foi lido e muitas vezes editado pelo prisma da sensibilidade do Oitocentos, profundamente marcada pelo sentimento nacionalista e pelo repúdio aos temas e formas que lembrassem os vínculos políticos do Brasil com Portugal. Esse é o sentido pelo qual o presente ensaio considera que a apropriação romântica do poema transformou o secundário em principal, e o principal em secundário, pois, na época da publicação, o elogio a Pombal e ao desempenho de seu emissário no Brasil contava mais do que a valentia ou o colorido dos índios na defesa da terra. (Teixeira, 1999: 521)

O que é interessante nesta avaliação de Ivan Teixeira, para nós, é o movimento de uma transformação operada pelos românticos sobre a imagem do índio. E assim como acontecia com essa imagem, é possível constatar o mesmo deslocamento nos discursos sobre a natureza do país. Pode-se dizer que esses discursos ganharam uma relevância específica no contexto da ruptura política, reforçando uma continuidade entre a sistematização do conhecimento da natureza encetado no século XVIII e as antigas imagens edênicas da natureza da América.

O antigo mito do Paraíso Terreal constituir-se-ia, assim, em uma das facetas do novo mito-fundador (v. Chauí, 2004), e o índio, como elemento que integra essa natureza, ganharia um novo estatuto, requerido pela geração romântica na busca da definição da nacionalidade. Neste movimento é que se processava o deslocamento que Teixeira observa em relação ao *Uruguay*, como se o cenário, o pano de fundo, que era o índio-natureza se transformasse então no personagem principal. Essa ação simbólica dos românticos não se fundamentava sem um mito que lhe antecedia, localizado na associação da natureza da América com a “visão do paraíso”. Isto significa dizer que a mudança no foco das lentes que olhavam a natureza e o índio, transformando-os no personagem principal sob o qual se ocultava aquele coletivo dos românticos – o nós –, também se desdobrava na reapropriação da imagem dos índios criada no continente europeu, sobre as quais se alimentaram as diferentes utopias ao longo da Época Moderna, tais como as estudadas por Afonso Arinos de Mello Franco (v. Franco, 2000). Mas tal ação dos românticos brasileiros acabava por inserir sobre a imagem do índio uma nova indagação, até então não-problemática, porque não envolvia a identidade de tipo nacional. Dada sua significação para a representação da nacionalidade, como conhecê-los?

O que por ora observaremos, é o processo de conhecimento acumulado sobre a natureza do país, no qual se implicava relevar igualmente o indígena como “objeto” deste conhecimento. Um passo nesta direção pode aqui ser dado pela investigação dos conceitos de localidade e de todo da natureza.

Paisagem local e o todo

Como havíamos sugerido, a compreensão dos elementos de uma dada localidade como integrantes de uma mesma paisagem, que imprimiria a cada região sua especificidade, era algo que já vinha sendo elaborado pelo governo português durante o século XVIII. E tal forma de ler uma região seria uma construção feita a partir do aglomerado de informações, mais destacadamente, pela atuação dos viajantes naturalistas na exploração do território. Além dos naturalistas, uma série de outros indivíduos de diferentes formações compunha

aquela rede, tais como engenheiros-cartógrafos, altos funcionários do governo, administradores locais, militares, médicos e cirurgiões que contribuíam para fornecer um conhecimento global das colônias portuguesas (Domingues, 2000: 825). O entrecruzamento daquelas informações realizadas por atores heterogêneos compunha um tipo de saber que vinculava a administração a um conhecimento científico da natureza, de forma que poderiam ser realizadas trocas entre administradores e naturalistas tais como descreveu Ângela Domingues. No que concernia ao conhecimento dos domínios africanos, a autora nota que

na década de 1780, o naturalista João da Silva Feijó enviava à Secretaria do Estado da Marinha e Negócios Ultramarinos dois mapas estatísticos relativos aos habitantes e às produções da ilha Brava, enquanto que um Catálogo de árvores, arbustos e arbustos silvestres que se dão naturalmente nas ilhas do Cabo Verde era remetido pelo governador de Cabo Verde a Domingos Vandelli. Diretor do Real Gabinete de História Natural e Jardim Botânico da Ajuda. (Idem, *ibidem*: 825)

Este conhecimento produzido aos poucos ia sendo incorporado às coleções dos museus e aos jardins botânicos; aos anais da Academia das Ciências de Lisboa, em memórias, pranchas de desenhos e mapas cartográficos. Assim, ia-se fornecendo a fixação dos dados sobre as diferentes localidades das possessões lusas.

A investigação dos domínios ultramarinos a partir de uma orientação dada pela História Natural ganharia impulso desde a fundação da Academia das Ciências de Lisboa, e tal orientação trabalharia a favor do destaque dado ao Brasil pela Metrópole, revelando os contornos de especificidade que ganhava sua natureza, numa clara tentativa administrativa de reforçar as relações entre a parte americana do Império e Portugal. Iara Schiavinatto afirma a existência de uma forte relação – uma “coerência e pertinência” – entre a formação dos letrados “lusobrasileiros” e aquela especificidade que adquiriria a natureza brasileira (Schiavanatto, 2003: 614). Isto seria verificado a partir dos relatos, das memórias descrevendo as localidades brasileiras exploradas pelos naturalistas. Segundo a autora:

A descrição de um lugar vinha acompanhada de uma série de atributos, cores, formas, linhas, contraste perante a luz do sol, ao cair da tarde, sob o céu estrelado. Por meio desses dispositivos, ia-se dispersa e pontualmente redefinindo o Brasil, edificando um caráter único e totalizante. Por isso, cada vez mais, as viagens filosóficas transformaram-se num empreendimento do Estado a fim de apreender e entender em sua completude este território brasileiro, suas gentes, fauna e flora, almejando descobrir uma totalidade e especificidade no novo mundo. Dessas várias práticas de produção, circulação, divulgação e recepção de uma noção de natureza informada por instituições letradas e um debate acerca da história natural emerge uma redefinição de natureza de certas localidades, que aos poucos foram sendo (res)semantizadas como ‘brasílica’.²⁴

Embora a colônia ainda estivesse fechada para as explorações estrangeiras, desde a segunda metade do setecentos cresciam-se as informações sobre os domínios ultramarinos portugueses, da África, Ásia e América, através da constante remessa produtos naturais e relatos para o melhor conhecimento. No final do século, com a entrada de D. Rodrigo de Sousa Coutinho na Secretaria da Marinha e Ultramar, em 1795, a diretriz de governo buscava a modernização do Império luso dando ênfase na difusão de conhecimentos técnicos nas regiões ultramarinas, em particular, na América. Desde o programa de reformas de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, no sentido de incorporar as elites letradas do continente americano, essa construção de conhecimentos sobre a natureza local redefinia igualmente o que seria para elas o vasto território brasílico:

Aos poucos, ia-se erigindo um conhecimento angulado na especificidade da natureza nas localidades, Minas, Pernambuco, Rio, São Paulo, Bahia, Maranhão, partes do Brasil, que também se difundia por meio dos textos remetidos pela coroa, das estampas, riscos e das tantas sementes a serem testadas. Instaurava-se, para a compreensão contemporânea, uma espécie de curiosa enciclopédia sobre o Brasil, com textos que tentavam tecnicamente utilizar a natureza de forma rentável, como uma série de estampas e riscos que buscavam retrata-la guiado por um olhar catalogador que visava tornar um objeto específico inteligível para outros

²⁴ Schiavanatto, I. L. “Imagens do Brasil: entre a natureza e a história”. In: Jancsó, István (org.). *Brasil – Formação do Estado e da Nação*. São Paulo/Ijuí: Hucitec, 2003. Dois pontos interconexos ainda parecem estar ligados a esta crescente consciência da localidade, ligados à prática de conhecimento dos viajantes naturalistas. Por um lado, o surgimento de um novo tipo de especialização na formação dos naturalistas que separava os cientistas de gabinete dos cientistas viajantes: a necessidade de se descrever a paisagem local – o ato de observar –, levava ao desenvolvimento de métodos próprios de investigação *in loco*. [v. Kury, Drouin, Outram entre outros.] Por outro, as transformações no próprio campo de conhecimento das ciências naturais, pela emergência de uma compreensão global dos seres da natureza e da localidade, como era o caso, no campo da botânica, da geografia das plantas de Humboldt.

leitores longínquos. Ao empreender e montar uma imensa coleção sobre a natureza nas diversas partes do império, criava-se um gabinete ideal e idealizado do naturalista, que reunia toda uma natureza dispersa e díspar num acervo físico e mental, num museu que desejava sintetizá-la e torná-la, simultaneamente visível e conhecida. (Ibidem: 612)

Como parte daquele programa político de D. Rodrigo, que procurou articular os interesses metropolitanos com os das elites da colônia, é merecida a atenção para o impulso dado à divulgação de obras científicas de portugueses e de brasileiros, editadas pelo brasileiro frei Mariano da Conceição Veloso, cujo auge da produção editorial coincidia com a formação da Casa Literária do Arco do Cego, donde saíam mais de 80 obras ao cabo de três anos, entre 1799 e 1801. Como avisa o autor de um recente artigo sobre o Arco do Cego no contexto da política cultural de D. Rodrigo, o problema estaria em se detectar a recepção daquelas obras no Brasil que, aparentemente tiveram um sucesso bastante limitado.²⁵ Porém, e ainda que cheio de percalços, o projeto de Conceição Veloso de divulgação científica que ocorria debaixo de uma política maior adotada, deixava entrever alguns resultados, em capitanias como a de Pernambuco. E mesmo que a recepção das obras da Casa Literária do Arco do Cego por um público leitor no Brasil não se mostre sempre clara, nem coerente, é possível ao menos destacar que a existência de uma política favorável ao uso de recursos técnicos para o aproveitamento das regiões de cultivo – política que se sedimentava em Portugal através da idéia do século XVIII de que as artes e ciências mostravam as possibilidades infinitas do *homo faber*, impondo a aplicação do saber para seu benefício e do mundo (Ehrard, 1994: 740) – traria como conseqüência uma produção de conhecimento que seria reapropriada no tempo, contribuindo para um maior alcance posterior daquela produção. No início do século XIX no Brasil, algumas imagens da natureza brasileira já haviam sido divulgadas nas diversas obras publicadas sobre História Natural, cuja importância para os governos media-se pela abrangência dos ramos e da utilidade deste campo do saber, principalmente o ramo da botânica, que dizia respeito às aplicações para a medicina, agricultura e artes. Segundo Maria Beatriz Nizza da Silva:

²⁵ Um dos indícios desta limitação estava no fato de muitas das obras da tipografia terem ficado “encalhadas”, sem leitores. v. artigo de Robert Wegner, “Livros do Arco do Cego no Brasil Colonial”, in: História, Ciência, Saúde – Manguinhos, vol. 11(suplemento): 131-140, 2004.

A história natural, ciência eminentemente prática, era das que ocupava mais demoradamente a atenção oficial, bastando para isso atentar na correspondência que a corte do Rio de Janeiro mantinha com as várias capitâneas, quer sobre a criação de jardins botânicos, quer sobre ensaios e memórias referentes a determinadas plantas como o cravo, a amoreira, o linho-cânhamo, etc. Pode dizer-se que, nesta época, a história natural impregnava toda a prática política, se infiltrava em todas as medidas governamentais. (Silva, 1978: 146)

Um exemplo desta atenção dada à História Natural nas primeiras décadas do século XIX está no incentivo dado pela Fazenda Real, no sentido de cobrir todas as despesas daqueles que se empenhassem em “alguma exploração botânica no interior do continente”.²⁶ Outros exemplos ainda podem ser dados como o estabelecimento do Jardim Botânico e a fundação da cadeira de botânica e agricultura na corte, ministrada pelo frei Leandro do Sacramento.

Um outro exemplo da divulgação das imagens de uma natureza “brasílica” está na re-publicação dos trabalhos da Academia das Ciências de Lisboa e da própria Tipografia do Arco do Cego no periódico *O Patriota*, que circulou na Corte do Rio de Janeiro entre os anos de 1813 e 1814. O jornal *O Patriota* publicou diversas memórias de história natural e de ciências aplicadas, e relatos de viagens que deveriam mostrar-se úteis e instrutivas aos leitores. Entre outros trabalhos realizados pela Academia, seria reeditada no jornal a memória de Manuel Arruda da Câmara sobre a cultura do algodão, os relatos de viagem de João da Silva Feijó, e de Joaquim José da Silva, em suas “Noticias sobre o Cabo Negro”.

Através daquelas publicações, pode-se ver a chegada das “imagens” de regiões distantes da América portuguesa para os seus leitores, como na “Descrição Geográfica da Capitania do Mato Grosso”, feita em 1797 pelo sargento mor Ricardo Francisco de Almeida Serra, reeditada em 1813, ou ainda, as imagens da formação de um aldeamento de índios Macamecrã, como na “Noticia das novas povoações de S. Pedro de Alcântara , e S. Fernando, civilização da nação Macamecram; estrada para o Pará”.²⁷ Nas páginas d’*O Patriota* ganhavam projeção as diversas “nações” indígenas, habitantes dos sertões, como se vê por exemplo, na “Memoria sobre o Descobrimento, Governo, População e cousas

²⁶ Decreto de 25 de maio de 1810, (*apud* Silva, 1978: 143).

²⁷ *O Patriota* – jornal literário, político, mercantil, etc. do Rio de Janeiro, agosto e setembro de 1813.

mais notáveis da Capitania de Goyaz”²⁸. Ali se dava destaque às “nações selvagens” da capitania, tais como os Caiapós, que já residiam em algumas aldeias, e dos quais se dizia terem eles “alguns ritos Judaicos”; os Chavantes, que eram cruéis e roubadores, andando dispersos entre o rio Araguaia e o Tocantins; além de outras mais conhecidas, como a dos “Canoeiros”, os Apinagés, os Capepuxis, considerados indolentes, os Cherentes, os Temembés, considerados pacíficos, e os Tapirapés.

As capitanias ganhavam contornos mais precisos, com as descrições de seus rios, terras e atividades humanas, incorporando-se a elas a história de seu descobrimento, como na “Memória histórica e geographica da descoberta das Minas extrahida de manuscritos de Claudio Manoel da Costa, Secretario do Governo daquela Capitania, que consultou muitos documentos authenticos, existentes na Secretaria do Governo”. Sobressaíam nos relatos dos viandantes as observações feitas no percurso sobre a fertilidade ou riqueza natural de cada lugar encontrado, com suas características específicas, como no itinerário de um autor anônimo que seguia da Capitania de São Paulo à Vila de Cuiabá. As riquezas naturais da região eram minuciosamente descritas de modo a ressaltar paralelamente seu aproveitamento humano, através das atividades dos habitantes. Este direcionamento descritivo e ao mesmo tempo utilitário do local é acompanhado pela inquirição exigida na História Natural, da busca da precisão e da classificação, ainda que o autor do relato não fosse dela um especialista:

O rio Tieté, que se diz ter 180 a 200 léguas de curso, tem a sua origem nas serranias da costa do mar, entre as Vilas de Santos e S. Sebastião. As suas margens são compostas de frondosos e espessos matos, que produzem varias espécies de frutas silvestres, e palmitos, de que se utilizam os navegantes. Entre as árvores frutíferas é digna de nota a que produz a fruta chamada Jatahy, que não sabemos classificar, mas cuja casca é de tal grossura, que os gentios e sertanejos dela fabricam canoas, em que navegam. Do seu lenho, por ser mui sólido, e de muita duração, se servem os moradores com vantagem para a fábrica de seus Engenhos de açúcar; e da resina, que com profusão destilam as suas raízes, se utilizam os Índios para as suas luzes, e para vários enfeites, que usam trazer nas orelhas e beiços, preparando-a para este último fim de maneira, que muito se assemelha ao verdadeiro alambre. Estes bosques são todos povoados de grande quantidade de caças, e de inumerável variedade de aves. O rio é também fertilíssimo de ótimos

²⁸ O Patriota, n. 5 e n. 6., da 3^a. subscrição.

pescados, entre os quais há algumas espécies de tal grandeza, que pesam depois de secos arroba e meia.²⁹

Segundo este relato, os moradores das redondezas, das vilas de Porto Feliz, Sorocaba e Itú, faziam grandes excursões de mais de 6 dias para irem pescar naquele rio e venderem os peixes aos moradores. De um outro artigo, o “Mapa das plantas do Brasil, suas virtudes, e lugares em que florescem. Extraído de officios de vários médicos e cirurgiões”, ficava-se conhecendo, numa espécie de manual aplicado da flora brasileira em lista, os nomes vulgares das plantas, seus usos e o lugar do Brasil de onde provinha a espécie. Ficava-se também sabendo que se aperfeiçoavam os caminhos para o Pará, quando se relatava o estabelecimento das povoações de S. Pedro de Alcântara e São Fernando.³⁰

A emergência da noção de localidade assim divulgada ocorria a partir de um contexto também específico – que costura o período que vai desde a crise do sistema colonial, a transmigração da Corte, até o processo chamado por Maria Odila da Silva Dias de “interiorização da Metrópole”. E a partir de uma série de conhecimentos teóricos e práticos que configurariam aquilo que chamamos de aprendizado da paisagem, se criava concretamente as condições para que se pudesse apresentar a natureza do país de uma forma mais abrangente e em conjunto com a expressão de um pertencimento.

Este pertencimento, ou aquilo que já separa o que é de “dentro”, do que é de “fora”, que inclui na idéia de “pátria” uma referência que se amplia para além de um espaço concreto de vivência de recorte regional, seria em parte uma “herança”³¹ que legaria a administração portuguesa. Tal maneira de perceber o “todo” do Brasil pode ser avaliada pela leitura de um artigo publicado no *O Patriota*, intitulado “Exame de algumas passagens de um moderno viajante ao Brasil, e refutação de seus erros mais grosseiros, por um brasileiro” e publicado em 1813.³² Nele, o dito brasileiro procurava refutar a obra de um inglês, de nome Grant, que tornava público, erroneamente, os “costumes, que não conheceu”, mostrando-se “tão ignorante no physico, como no moral do Brazil.” Apesar de ser

²⁹ *O Patriota*, n.5., maio de 1813.

³⁰ *O Patriota*, agosto de 1813.

³¹ Sobre esta idéia de herança, fazemos aqui uma remissão ao artigo de Ilmar R. Mattos, “Construtores e herdeiros – a trama dos interesses na construção da unidade política”, em: *Almanack braziliense*, no. 1, maio de 2005. Disponível na web, em: www.almanack.usp.br/neste_numero/n01/forum_construtores_e_herdeiros/index.html

³² *O Patriota*, n. 3, setembro de 1813.

um conhecedor da História Natural, diria o autor do artigo, o estrangeiro teria se deixado levar pelas “aparências grosseiras”, por pequenas amostras de produtos naturais, e tendo avistado somente em um ligeiro trajeto pessoas “talvez da última ralé”, ou tendo conhecido somente uma cidade ou uma vila, se gabava “de conhecer os costumes até do todo dos habitantes”.³³ Os erros ainda mais absurdos seriam aqueles que se referiam à geografia do país. Equívocos imperdoáveis a um viajante moderno que, escrevendo em 1809, dividiria o Brasil em 14 províncias, criando uma capitania de Tamaracá e Seregipe – uma “ficção poética”. Afinal, diria o “brasileiro”:

Todos sabem que as capitanias do Brasil são ou generaes ou simples, as primeiras são Pará, Maranhão, Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Sul na beira mar; e no interior Mato Grosso, Minas Geraes, Goyaz, e S. Paulo. As segundas são Ceará, Piauí, Parahiba, Espírito Santo, S. Catarina, Rio Grande do Norte, às quais se ajuntarão Seregipe d’El Rei, e S. Sebastião.³⁴

Pode-se então dizer que por certas publicações se tornava disponível, pelo menos a um público leitor específico, a informação dos conteúdos de um território recortado da América, e que não obstante a observação de Horace Say feita pouco depois, em 1815, de que o nome do Brasil era “a designação genérica das possessões portuguesas na América do Sul, mas que não existia, por assim dizer, unidade brasileira”³⁵, para aquele “Brazileiro”, era possível emendar uma “unidade” soletrando as capitanias, como as letras do alfabeto em uma cartilha. Não seria ainda desprovido de algum significado o autor se assinar como “Brazileiro” ao defender contra os ditos do estrangeiro aquela porção da América, ao invés de se dizer “paulista”, “fluminense” ou “baiano”, modos ainda correntes para se fazer alusão à sua “Pátria”, como ficava estampado nos manifestos dos deputados das províncias brasileiras que participaram das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, escritas em Falmouth e relatados pelo

³³ Idem, *ibid.*

³⁴ Idem, *ibid.* Grifo meu.

³⁵ *Apud* Holanda, Sergio Buarque de. “O processo de emancipação”, em: _____. *História Geral da Civilização Brasileira – O Brasil Monárquico*, t. 2, v. 3, São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1976, p.15.

Correio Braziliense.³⁶ Aliás, para o próprio editor do Correio, Hipólito José da Costa, tal designação “brasileiro”, por sua terminação em *eiro* – assim como sapateiro ou ferreiro –, indicava muito mais a ocupação do que a naturalidade, a qual para ele deveria ser designada por *brasiliense*³⁷. Em todo o caso, o autor do artigo d’*O Patriota*, através da palavra “brasileiro”, assumia em seu discurso uma identidade que se apresentava sobretudo em oposição ao estrangeiro europeu, agregando ainda um ponto de vista derivado do lugar de onde escrevia – o Rio de Janeiro – na condição de sede do Império português. E através de tal condição, lhe era permitido agrupar como um só todo as partes concernentes ao recorte “Brasil”.

Mas para fazer alusão a este recorte, ainda durante muito tempo seria utilizada a palavra América, *topos* que, como se sabe, seria representado na imagem do próprio índio, forjada principalmente na “massa de poemas, romances, dramas, tratados” saídos do Velho Mundo, já em fins do século XVIII (Holanda, 1976^b: 43). E era a presença desta imagem de contraste ou diferença entre Europa e América que ganharia relevância na evocação do índio posteriormente. Já no mundo colonial, a imagem do índio para se fazer uma referência ao Novo Mundo estaria presente nas alegorias das festas públicas, em carros e em fantasias, nos desfiles pelas cidades, vilas e arraiais; e assim ocorria no século XVIII, para o caso do *Uruguay*, como notara Ivan Teixeira, quando se preservara a manipulação das imagens e tematização do índio para marcar com elas um *cenário*, “o suporte para o elogio” ao seu mecenas e verdadeira figura central, que era o marquês de Pombal (Teixeira, 1999: 496), cenário que por ser “diferente” do europeu, agregava as possibilidades de um renovado emprego em outro contexto.

³⁶ cf. Jancsó, I. e Pimenta, P. G. “Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira), em: Mota, C. G. (org.), *Viagem incompleta* – a experiência brasileira. São Paulo: Senac, 1999.

³⁷ A nota de Hipólito José da Costa escrita em fevereiro de 1822 é extremamente interessante, e talvez valha a reprodução aqui: “Chamamos *brasiliense* o natural do Brasil; *brasileiro*, o português europeu ou o estrangeiro que lá vai negociar ou estabelecer-se; seguindo o gênio da língua portuguesa, na qual a terminação *eiro* denota a ocupação; exemplo: sapateiro, o que faz sapato, ferreiro, o que trabalha em ferro, cerieiro, o que trabalha em cera, *brasileiro*, o que negocia em brasis ou gêneros do Brasil etc.; por outra parte, o natural do Porto chama-se *portuense* e não *portueiro*; o natural da Bahia, *baiense* e não *baieiro*. A terminação em *ano* também serviria para isto, como por exemplo, de Pernambuco, *pernambucano*; e assim poderíamos dizer *brasiliano*, mas por via de distinção, desde que começamos a escrever o periódico, limitamos o derivado *brasiliano* para os indígenas do país, usando do outro, *brasiliense*, para os estrangeiros e seus descendentes ali nascidos ou estabelecidos e atuais possuidores do país.” Hipólito José da Costa, (Organização de Sergio Goes de Paula), [Coleção Formadores do Brasil], Rio de Janeiro: Editora 34, 2001.

Museu da Corte

Após a transmigração da Corte, o estabelecimento das instituições ligadas aos saberes da natureza e da geografia auxiliou na ampliação das referências sobre o território português na América, estreitando o maior conhecimento sobre seus contornos com a produção de conhecimentos aplicados. A criação do Real Horto Botânico (1808), do Museu da Corte (1818) ou ainda da Academia Real Militar (1810), cumpriam este papel da institucionalização dos campos ligados ao conhecimento da natureza.³⁸ O funcionamento do Museu da Corte pode ser tomado como um espaço em que se disponibilizaria – ainda que para um público restrito – o conhecimento da natureza do Brasil.

A “Instrução para os viajantes e empregados nas colônias sobre a maneira de colher, conservar, e remeter os objetos de História Natural” editado pela Impressão Régia em 1819, atentava para aquela particularidade da natureza brasileira, onde existiam abelhas cujas espécies e mel “só aqui se encontram”, além de animais de todo diferentes do Velho Continente, como os tamanduás (papaformigas) sem dentes, e plantas, como as infinitas espécies de orquídeas. A Instrução ordenava aos viajantes a coletarem os produtos de cada uma das regiões do Brasil tendo em vista o interesse que aquelas peculiaridades da natureza despertavam: “A experiência tem mostrado, que há Produtos de cada um dos três Reinos da Natureza, exclusivos de certas capitâneas e paragens do Brasil”. O texto baseava-se em uma instrução francesa feita para viajantes que iriam explorar terrenos na coleta de objetos de História Natural, traduzida com o intuito de ver prosperar a coleção e os estudos dos produtos naturais no Brasil. Além dos produtos da fauna, da flora e dos minerais, a “Instrução” também apontava para o interesse acerca dos homens daquelas circunscições do mundo, ao dizer que os

indígenos [sic] do Brasil, tem alguma diferença no físico, e mui grande no moral, dos das outras partes do Mundo. Ao descobrimento do Brasil

³⁸ Sobre a fundação destas e outras instituições de ciências no período, como a Escola anatômica, cirúrgica e médica do Rio de Janeiro ou a Fábrica de Pólvora de Sorocaba, ver Silvia Figueirôa. *As ciências geológicas no Brasil: uma história social e institucional, 1875-1934*. São Paulo, 1997.

eram mais de cem Nações, que havia entre os dois Rios das Amazonas e da Prata. Em muitas partes do Interior tem-se conservado fielmente o caráter primitivo de seus habitantes, porque ainda ali não chegou a civilização européia.³⁹

As descrições e classificações das produções naturais deveriam incorporar ainda os dados sobre a *população* local, em seus usos e costumes e em uma estatística populacional. A população era compreendida como integrante daquela paisagem natural no que a caracterizava e no que a modificava, por sua ação sobre a mesma natureza. Nesta passagem, a referência aos habitantes do Brasil parece se restringir aos índios brasileiros, cujas características peculiares, no que se mostravam distintos dos habitantes das áreas setentrionais, e mostrava ser útil a coleta de informações para a História Natural.

É de algum interesse retomar o que a “Instrução” dizia a respeito da natureza desta parte do mundo, como que plenamente legitimada para a exploração naturalista, ao reiterar virtudes particulares e benignas de seu clima e solo. Mesmo a zona tórrida amazônica era lida de forma a expulsar definitivamente as antigas crenças sobre sua mortalidade, ao se argumentar que os calores ali eram reduzidos pela umidade natural das margens pantanosas do rio, e que: “subindo nos rios para as suas fontes, encontram-se planícies elevadas, vales férteis, que gozam de um clima sadio, e temperado”. Repetia-se ali a antiga tópica a respeito da temperança climática do Novo Mundo que, na análise magistral de Sergio Buarque de Holanda, teria suas origens no tema do *non ibi frigus, non aestus*, de Lactâncio, o qual teria se espreado pela Idade Média e Renascença em reminiscências das visões do Paraíso terreal (Holanda, 1994: 7).

Embora se distinguissem regiões climáticas no Brasil, como por exemplo, um clima ao sul mais frio, e se atestassem lugares menos salubres, como os grandes bosques pantanosos que emanavam um ar doentio, estes ainda poderiam ser corrigidos pelo cheiro balsâmico de uma diversidade de aromas, sendo que a maioria das partes do Brasil era descrita como fértil e de clima ameno. Certas regiões se encontrariam sempre cobertas de flores, cuja “abundância dos orvalhos, a sombra dos bosques, e a frescura deliciosa das noites, fazem uma primavera

³⁹ *Instrução para os viajantes*, Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1819.

perpétua”.⁴⁰ A natureza brasileira deveria ali ser vista a partir de duas dimensões que juntas caracterizavam os relatos de viagem do Iluminismo tardio: por um lado, aquela benignidade referida, de uma natureza na maior parte do tempo florescente, encontrava uma imagem idealizada, e por outro, a forma como deveria ser feita a coleta de informações procurava garantir através do conhecimento racionalizado as exigências metodológicas da História Natural, de maneira que a produção textual buscada pela “Instrução” forneceria o tráfego mútuo e ainda não interdito entre a utopia e o pragmatismo.⁴¹

Margaret Lopes analisou este documento como uma espécie de ideal de funcionamento do Museu da Corte durante os seus primeiros vinte e cinco anos de existência. A publicação da “Instrução” seria resultado de uma política que previa a viabilização do mesmo Museu, o qual manteria a dupla função de ser um museu metropolitano receptor dos produtos de outras regiões brasileiras, e um museu “local” e provedor para os europeus, por conter “os produtos locais ‘únicos’ desta parte do mundo”.⁴² A “Instrução” distribuía a tarefa de coletar as amostras de produtos da natureza local para as diversas capitanias do Império segundo um critério de ordenação em que seria possível “caminhar” pelos objetos naturais sem a necessidade de ser deles um especialista. Tal diretriz que buscava ordenar a natureza do Brasil a partir de um centro, que era o Museu da Corte, impunha também que este fosse o difusor de um método de coleta daqueles mesmos produtos, como era expresso na “Instrução”. Propunha-se ali que se criasse em cada capitania “um Gabinete de História Natural com todos os produtos de sua Capitania somente”, e que cada exemplar deveria ter um idêntico que deveria ser remetido ao Museu do Rio de Janeiro:

Que os Governadores, Ministros, ou Câmaras arranjassem pela primeira vez duas Coleções completas de todos os produtos, que encontrassem cada um em sua Capitania; e que marcassem com o mesmo número os Produtos irmãos nas duas Coleções, das quais

⁴⁰ *Instrução para viajantes*, op. cit., p.VII.

⁴¹ Sobre esta perspectiva, v. Lorelai Kury, “Entre utopia e pragmatismo: a História Natural no Iluminismo tardio”, in: Soares. Luis Carlos (org), *Da Revolução Científica à Big (business) Science*. São Paulo/Niterói: Hucitec/Eduff, 2001.

⁴² Maria Margaret Lopes, *O Brasil descobre a pesquisa científica*, São Paulo: Hucitec, p.47.

remettessem um para o Museu do Rio de Janeiro, e arranjassem a outra no seu Museu particular.⁴³

Esta medida que procurava incentivar as trocas de informações entre as diversas capitanias passou a ser uma política adotada após a Independência em relação aos presidentes das províncias, o que viabilizaria a expansão do conhecimento de certas regiões do Brasil ao mesmo tempo em que submetia as informações e materiais coletados a um ordenamento que caracterizava uma relação de polarização por parte do Museu da Corte sobre as demais localidades.

Assim, conforme explica Margaret Lopes:

ao Museu do Rio cabia, uma vez recebidos os produtos, organizar um catálogo que servisse de inventário geral, reproduzindo os mesmos números e informações que as amostras possuísem nos armários. Conforme a ‘Instrução’, este havia sido o método utilizado pelo Dr. Manuel José Barjona para sozinho e em pouco tempo organizar o Museu da Universidade de Coimbra; onde com o catálogo na mão se achava, a qualquer momento, qualquer produto que houvesse no museu, e, até sem mestre, podia-se aprender Zoologia e Mineralogia. Uma vez elaborado o catálogo, este seria remetido para as províncias que dispunham de catálogo semelhante. (Lopes, 1997: 46)

Naquele ordenamento dos produtos naturais do museu se depreenderia uma relação com a organização do espaço territorial de todo o globo, que partindo do local, referente ao território do Brasil, passaria pelas outras possessões lusas, até alcançarem todo o mundo:

Por esta forma teríamos arranjado o nosso Museu Geral Brasileiro, e tomado as necessárias medidas para que, sem repetição supérflua de remessas, ele se fosse constantemente enriquecendo com os novos Produtos que se fossem descobrindo no mesmo Brasil: mas é necessário toma-las também para que no Museu do Rio de Janeiro haja os Produtos naturais de todas as nossas Ilhas, Possessões d’Ásia e África, do Reino de Portugal, e finalmente de todo o Mundo.⁴⁴

⁴³ *Instrução para os viajantes*, op. cit.

⁴⁴ *Instrução para os viajantes*, op. cit.

O Museu, em um processo de ordenamento e decodificação dos elementos naturais de uma dada localidade, trataria de expressar de acordo com as classificações da História Natural aquela natureza para os espectadores e estudiosos. Os produtos ali expostos seriam assim a re-apresentação ordenada da configuração natural dos objetos de um lugar dentro de um quadro abrangente, de modo que serviriam como um forma de apreender a localidade para aqueles que não realizavam a viagem fisicamente.

A ligação entre as diferentes regiões do Brasil a um centro existente na Corte que disponibilizava o conhecimento sobre elas poderia ser assim um outro aspecto desta estrutura implantada no Museu a partir da “Instrução”, que previa políticas de incentivo a disseminação da História Natural. Além do Museu, outras instituições como o Real Horto também configurariam esta mesma relação, que implicava no conhecimento das regiões por seus produtos vegetais, integrando-os num mesmo espaço. A reprodução deste modelo de disseminação das instituições para o conhecimento de cada localidade, que no fim tinha como valor a universalização do conhecimento dos objetos naturais, pode ser tomada pela política de criação de hortos botânicos nas províncias, após a Independência. Em Cuiabá, registrava-se em 1825 o projeto de instalação de um Jardim Botânico. O ofício que registrava o local para o estabelecimento do Jardim, esclarecia ainda que lá seriam cultivadas

Todas as plantas indígenas e exóticas, que parecem uteis , e donde forneçam aos Agricultores as sementes com as noções necessarias sobre a respectiva cultura e metodos de preparar os frutos; devendo tão somente ser empregados naqueles trabalhos os Indios indígenas que pela Junta da Fazenda receberão um salario proporcionado, com a exclusão dos escravos, salvo se para isso forem gratuitamente oferecidos por seus senhores.⁴⁵

O emprego da mão-de-obra indígena para estas tarefas é bastante significativo, uma vez que se procurava garantir com ele o conhecimento de plantas locais. Em 1827, o presidente Saturnino da Costa Pereira pedia para que se organizasse uma expedição para a coleta de informações entre os índios a respeito

⁴⁵ Estevão Ribeiro de Rezende, 11/ 03/1825. Registro de Correspondência dos presidentes de Província – Mato Grosso (1808-1857), Arquivo Nacional.

de plantas locais, sobre a “maneira com que por meio delas [as plantas] os Índios habitantes das margens do Guapore e Madeira formão a massa denominada ‘Guaraná’”.⁴⁶

Neste estoque do Museu de produtos naturais que receberiam uma determinada ordem e classificação, incluíam-se os artefatos indígenas, como inscritos dentro da natureza. Jean Baptiste Debret, por exemplo, utilizaria os objetos existentes no Museu como modelo para a pintura de suas pranchas sobre os costumes indígenas. Entretanto, é de se notar que, se os objetos indígenas coletados teriam sua direta remissão à Natureza, sendo tais objetos ligados aos assuntos da História Natural, por outro, a seção a que pertenciam era a de Numismática, Artes Liberais, Arqueologia e costumes das nações antigas e modernas (Faria, 1949),⁴⁷ deixando então entrever que os índios estavam vinculados à história dos povos do mundo. Segundo Ladislau Netto, que fora diretor do Museu em 1870, a relação dos objetos da seção de Numismática, e Artes liberais dos povos antigos e modernos incluía em 1838, 464 medalhas antigas, 30 da Idade Média, 160 modernas e 442 moedas diversas. Havia também quadros, instrumentos de física e química e modelos de máquinas industriais. Das antiguidades, o Museu possuía as “egípciacas”: 5 múmias, 3 múmias de animais, 53 ídolos, 3 ânforas, 8 canopos, 3 vasos, duas lâmpadas sepulcrais, 2 quadros e mais alguns outros objetos. As antiguidades européias contavam com somente um vaso longo bardo. Das mexicanas, 2 modelos representando a pedra dos sacrifícios e o calendário, e mais dois ídolos. Da “África inculta”, possuíam uma pequena bandeira com figuras e alegorias do poder, um trono, três cetros, alguns ábacos, sandálias, barretes tecidos, diferentes armadilhas para caça, e alguns objetos “relativos ao trajar e passa-tempo dos negros da Costa d’África”. Da Ásia, possuíam 6 ídolos hindus. Havia ainda alguns da Nova Zelândia e Ilhas Sandwich. Dos índios do Brasil, o Museu possuía então vestimentas, carapuças, cetros de penas, “enfeites de formas as mais variadas”, armas de caça, de pesca e de guerra, e mais de duzentos artefatos diferentes “peculiares a muitas tribus dos aborigenes

⁴⁶ O presidente sugeria para a realização desta tarefa o botânico da Comissão de Langsdorff, Luiz Riedel. José Sarturmino da Costa Pereira, 18/08/1827. Registro de Correspondência dos presidentes de Província – Mato Grosso (1808-1857), Arquivo Nacional.

⁴⁷ A separação de um setor de arqueologia e etnografia somente aconteceria em 1876, na reforma empreendida por Ladislau Netto. Cf. L. de Castro Faria, “As exposições de antropologia e arqueologia do Museu Nacional”, Rio de Janeiro: Imp. Nacional, 1949.

do Brasil” (Netto, 1870), dentre as quais deviam contar certamente os utensílios de guerra dos índios do Mato Grosso enviados por Costa Pereira.

Por esta ordenação das seções do Museu era possível entender como era então compreendido os estudos dos índios do Brasil. Estes fariam parte de uma “história dos povos” no mundo, num modo de organização do conhecimento que era feito a partir dos vestígios da cultura material, em uma organização encadeada no *espaço*, dentro do modelo da História Natural. De uma maneira agora um pouco diferente, a partir da fundação do Instituto Histórico, pode-se dizer que se acrescentava a esta perspectiva dos povos indígenas do Brasil como parte de uma “história dos povos”, uma outra imagem, donde esta ênfase no espaço seria substituída por uma compreensão através do eixo temporal.

É a partir de um novo modelo de história que passava a se impor, que a temática indígena ganhava também nova importância no Brasil. Desde a fundação do Instituto, o conhecimento sobre os índios do Brasil tornava-se importante não só porque estes eram parte do que consistia a compreensão da natureza do país – o que aportava sem dúvida na legitimação territorial, e no papel da geografia do Instituto, tal como deveria preconizar Cunha Matos ao exigir seu conhecimento – como também porque eles eram agora apresentados como parte da *história* deste território. História esta que, segundo Cunha Matos, deveria revelar a “marcha sucessora da civilização da Terra de Santa Cruz” (Cunha Matos, 1975: 219).

Ao se incluir o estudo dos indígenas para dentro da História do Brasil, seria possível lançar luzes sobre um tempo remoto, onde essa terra estaria fixada de par com as antigas civilizações do mundo. Seria assim a partir de uma dupla inserção do índio como objeto de investigação: como elemento da paisagem natural brasileira – o que o recorta no espaço – e como parte da história dos povos antigos – o que o recorta no tempo – que seria legitimado o campo da etnografia dentro do Instituto Histórico.

1.3

Arqueologia e etnografia do Novo Mundo: o passado que se alarga

Na década de 1830, discursos como o de Cunha Matos a respeito da antiguidade do solo americano pareciam abrir uma fenda no presente histórico dos homens dirigentes do Império do Brasil que transportava seus olhares a um distante passado: um passado que agora criava um novo sentido histórico para a nação brasileira que surgia, em meio à afirmação de sua identidade.

Se autoridades do saber, como o conde de Buffon e de Paw, reviveram a idéia de um continente ainda recentemente emergido das águas do dilúvio, uma transformação ocorria nos debates sobre o continente americano, incluindo aqueles que partiriam deste lado do Atlântico. A contestação da juventude geológica desta porção do mundo começava então a ser afirmada, e passava a ecoar sobre a questão da legitimação nacional. Entre as repúblicas americanas recém-independentes que olhavam por sobre as ruínas das civilizações incas e astecas, estes discursos poderiam ser tomados também como uma contestação frente às alusões sobre a inferioridade da América encontradas na longa polêmica sobre o continente.⁴⁸ A reivindicação por parte das novas nações americanas pela apresentação de fatos corretamente apontados, desmentindo os escritos falsos sobre a América, e a contínua produção de novos relatos de viajantes que percorreram as regiões americanas eram parte de dois movimentos distintos que inscreviam e transformavam os discursos e polêmicas sobre o continente. De um lado, as vozes que se levantavam de vários pontos do continente na contestação de informações errôneas que detratavam a América, de outro, as constantes viagens que encetavam novas investigações e novos dados empíricos.⁴⁹

No Brasil, a atenção voltada para as descobertas arqueológicas parece ter ganhado impulso maior bem após a Independência. Em fevereiro de 1837, o

⁴⁸ V. Antonello Gerbi, *O Novo Mundo*. Segundo Antonello Gerbi, em 1801 foram encontrados perto de Nova York dois esqueletos de mamutes, sobre os quais foram escritos folhetos. Os textos escritos sobre tais tipos de descoberta apontavam para dois sentidos que em Humboldt ganhariam plena condição: em primeiro lugar, a discussão científica sobre o continente americano como coisa válida *em si*, em segundo, as indagações a respeito da antiguidade paleontológica das descobertas, que tinham por consequência a suposição da antiguidade geológica das terras americanas. Antonello Gerbi, *O Novo Mundo: História de uma polêmica (1750-1900)*, São Paulo: Cia das Letras, 1996, p. 305.

⁴⁹ Sobre a questão, ver capítulo 2 de Michèle Duchet. *Anthropologie et histoire au siècle des Lumières*. Paris: Albin Michel, 1995 [1971].

dinamarquês Wilhelm Lund fazia as anotações em suas memórias científicas de seus primeiros resultados obtidos das pesquisas em Lagoa Santa.⁵⁰ No estudo das espécies de mamíferos que habitavam os planaltos do Brasil “antes da última revolução da terra”, Lund tratava de revelar aos olhos contemporâneos a saga dos animais gigantes que habitaram aquelas regiões em um passado remoto, retirando das camadas da terra os restos de megatérios, mastodontes, e espécies felinas. Sobre as ricas descobertas que traziam novas visões sobre o passado do continente, afirmava:

A zona tropical do novo mundo, no decurso do tempo em que viveram os animais cujos restos fósseis tenho estudado, em vez de ser inhabitada como até agora se supunha, possuía uma fauna que em riqueza e variedade parece que excedia à presente.(Lund, 1935: 157)

Em abril do ano seguinte, José Feliciano Fernandes Pinheiro, o visconde de São Leopoldo, enviava uma carta datada do Rio de Janeiro para Cunha Matos, então secretário da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), sobre a viagem que realizara até a barra de Santos, dizendo ter lá encontrado “bastantes ossos”, nas margens do rio que vinha do Cubatão, num sítio apelidado de Ilha dos Mortos. Junto com a carta, remetia para a Sociedade Auxiliadora algumas amostras de ossos que encontrara na dita localidade, que já havia sido explorada anteriormente por americanos. Segundo Fernandes Pinheiro, os americanos tinham enviado para a Sociedade Filosófica da Filadélfia amostras do material ali encontrado. Na baía de Caimú para a qual confluía o Cubatão, formavam-se ilhas onde se encontravam enormes depósitos de cascas de ostras. Segundo as informações que conseguira recolher Fernandes Pinheiro, a ilha de Pombeba que se ligava por uma estrada e ponte até a ilha do Casqueiro, era o local principal de reunião dos selvagens para pesca, onde “desde tempo imemorial” encontravam-se montes de cascas, que os indígenas chamavam de sambaquis e onde costumavam sepultar seus mortos. Contava também o visconde que durante a construção da ponte para a ilha do Casqueiro, havia sido derrubado um desses sambaquis, descobrindo-se aí muitos esqueletos misturados a diversos utensílios como lâminas de machado de pedra e pedaços de panelas de barro, e que na escavação

⁵⁰ P. W. Lund, *Memorias scientificas*. Belo Horizonte: Edições Apollo, 1935.

“aparecera esqueleto de tão extraordinário tamanho, que excitara a curiosidade de toda circunvizinhança”. Ossos desproporcionais aos padrões humanos convencionais, tais como uma canela que media quatro palmos, e que faziam o visconde se perguntar se não seriam aqueles ossos “de algum natural desgarrado da Patagônia”, porque então se cria que lá existiam gigantes. Tendo visitado o local, e averiguado com seus próprios olhos o que ali restava, lamentava-se que muitos daqueles fragmentos haviam sido destruídos para o exame do observador pela superstição ou ignorância alheia. Porém, relatava que, ainda assim, entre as massas calcinadas, havia conseguido retirar um crânio, e sugeria à Associação que se o comparasse com o do Botocudo do Brasil e os da raça branca, tal como já haviam feito os funcionários da Academia Real das Ciências de Estocolmo.⁵¹

Segundo Fernandes Pinheiro, era daquela localidade que os americanos haviam retirado as amostras levadas para a Sociedade Filosófica da Filadélfia, e acrescentava como observação e com uma ponta de ciúme do trabalho prévio dos estrangeiros, que estes haviam descrito “com a usual aceleração, confusamente e com pouca exatidão o sítio”, o qual o autor da carta cuidava esmeradamente em fazer anotar, dando detalhes de sua precisa localização e da elevação dos terrenos.

Os vestígios de um passado remoto nas terras americanas, se haviam sido objeto da curiosidade local, agora eram transportados para uma inquirição “mais séria”, dentro de uma instituição que reunia homens ilustrados, a fim de investigar características quanto ao físico de populações primitivas habitantes daquela porção do Império do Brasil.

Em 1838, no mesmo ano em que Fernandes Pinheiro escrevera a carta a Cunha Matos, era inaugurado o Instituto Histórico, do qual ambos seriam sócios e fundadores.⁵² Se as buscas e inquirições sobre alguns sambaquis e curiosidades do gênero sobre os vestígios de uma antiguidade americana ganharam alguma menção dentro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, estes teriam maior espaço dentro daquela instituição que se fundava então, dedicada mais especificamente aos assuntos históricos.

⁵¹ Carta de José Feliciano Fernandes Pinheiro para Raimundo José da Cunha Matos, 30/04/1838.

⁵² Raimundo José da Cunha Matos, após a independência, jurara fidelidade ao imperador do Brasil e tornara-se brasileiro. Sobre os sócios fundadores do Instituto Histórico e a lista de políticos fundadores do IHGB e suas relações, v. Lúcia Guimarães, *Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial*, RIHGB, t.388, 1995, p. 480.

Épocas do Brasil

Na segunda sessão do Instituto Histórico, realizada em 15 de dezembro de 1838, os consócios debatiam a proposição do cônego Januário da Cunha Barbosa de se determinar quais teriam sido “as verdadeiras épocas da história do Brasil”. Deste debate resultara a “Dissertação acerca do sistema de escrever a História Antiga e Moderna do Império do Brasil”, do marechal Raimundo José da Cunha Matos, que morreria pouco tempo depois, em 24 de fevereiro de 1839.⁵³ Como esclarecia o autor em sua “Dissertação” postumamente publicada, estavam presentes naquela sessão o secretário perpétuo do Instituto e proponente do programa, Januário da Cunha Barbosa, além dos sócios José Silvestre Rebello, José Lino de Moura, Pedro de Alcântara Bellegarde, Lino Antonio Rebello, Emilio Joaquim da Silva Maia, José Marcelino da Rocha Cabral, José Feliciano Fernandes Pinheiro. Desta reunião resultara como conclusão que as épocas da história do Brasil, que se achariam mais conformes aos “diversos escritores antigos e modernos”, deveriam ser três: a primeira, concernente aos “aborígenes ou autóctones”; a segunda, que deveria tratar da era dos descobrimentos pelos portugueses e da administração colonial, e a terceira, que deveria abranger todos os acontecimentos nacionais a partir da independência (Cunha Matos, 1863: 129). Nesta dissertação, pela primeira vez entrava em uso a palavra etnografia dentro do Instituto Histórico, que ali aparecia como área de conhecimento – junto à arqueologia – ligada à primeira época da história do Brasil, relativa aos indígenas, primitivos habitantes do que viria a ser o território do Império. Descrevia da seguinte maneira as problemáticas referentes ao estudo desta primeira época:

A primeira época que apresento é a dos aborígenes ou autóctones, em a qual infelizmente andaremos quase às apalpadelas, por falta de monumentos bíblicos ou lapidares que sirvam ao menos para dar uma certa cor de probabilidade às nossas conjecturas. Esta parte da história do Brasil existe enterrada debaixo de montanhas de fábulas, porque cada tribo ao mesmo tempo que apresenta origens as mais extravagantes, não sabem dar razão clara das suas emigrações, e a atual

⁵³ Januário da Cunha Barbosa na sexta sessão do Instituto, em 2 de março de 1839, lê o comunicado do falecimento do marechal. RIHGB, tomo 1, p.49, 1908 (3^a. ed.).

residência; e para cada uma delas um século dos nossos, é a eternidade. A história dos nossos aborígenes não tem sido estudada, e ninguém pode afirmar autenticamente que os índios do território do Brasil são da mesma raça dos peruvianos, dos chilenos, ou dos habitantes de Nova Granada. Ao norte do Amazonas existem tribos que fizeram e ainda fazem uso dos quipos na contagem por meio de nós à moda dos mais antigos chineses, e dos naturais do México, e do Peru; está reconhecido que aqueles índios também fizeram uso de ferro e aço, e que provavelmente foi com esses instrumentos ou com os de cobre encaçado que eles abriram certas figuras em diversos rochedos contíguos aos rios Orenoco, Atapabo, Negro e Cassiquera. Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio em a sua interessante viagem pela capitania do Rio Negro, dá notícia da existência de uma tribo da margem do Rio Izano em que se conservam alguns nomes próprios do povo hebraico, o que a ser certo, levar-nos-há a grande questão da vinda dos fenícios às terras do novo mundo.(Cunha Matos, 1863: 129)

Segundo José Honório Rodrigues, Cunha Matos seria quem pela primeira vez abriria dentro do Instituto, o debate sobre a divisão das épocas na História do Brasil. Este debate sobre a periodização – e não só a periodização, mas algo referente as formas de contar a própria história do Brasil – teria nas décadas seguintes ainda outros participantes, os quais estavam envolvidos nas diversas disputas de autoridade, como a que marcava o Instituto pelas críticas ao *Compêndio de História do Brasil* de Abreu e Lima, e pelos elogios ao trabalho de Henrique Luís de Niemeyer Bellegarde⁵⁴. A procura de se estabelecer uma periodização da história do Brasil parecia responder a uma busca de um lugar na história universal, uma vez que cada época deveria preencher um significado dentro de um esquema mais geral da história, e que no caso da História do Brasil deveria mostrar, repetindo as palavras de Cunha Matos, a “marcha sucessora da civilização da Terra de Santa Cruz”.⁵⁵

No artigo intitulado “Épocas brasileiras”, retocado pelo autor pouco tempo antes de morrer, Cunha Matos corroboraria o sentido de universalidade da história, ao procurar estabelecer em um curso os fatos que vieram a abordar o território brasileiro. Retomando uma frase de um artigo em tradução francesa da *Revista Britânica* de 1838, diria que “não há povo algum sobre a terra que deixe

⁵⁴ *O Resumo da história do Brasil até 1828*, traduzido de M. Denis, de 1831 a primeira edição. Existe uma segunda edição de 1834. Diz Rodrigues, “Esta segunda edição foi adotada pelo governo para uso das escolas e aprovada pela Circular às Câmaras Municipais de 26 de abril de 1834”. P.129

⁵⁵ Sobre este sentido da periodização, cf. José Honório Rodrigues. (1949) *Teoria da história do Brasil*, São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1978.

de saber ou de indagar a história da sua existência”, e que fossem “os selvagens da Nova Holanda, e os índios botucadus (sic); os negros caçanges das bordas do Congo, e os jalofos das margens do Senegal; os esquimós das terras árticas, e os patagões do sul da América”, todos teriam suas tradições, “se não tão sérias como as mui confusas dos indus, e dos chinas, ao menos, quantas bastam para apontarem quais foram os lugares donde os seus antepassados vieram; quando se estabeleceram nos países em que eles presentemente se acham.”⁵⁶ Desta forma, é a própria existência das tradições dos povos, na busca por suas origens, que daria legitimidade às histórias particulares de cada povo ou nação. É neste sentido que se abria um espaço para uma história do Brasil configurada à história geral, ao mesmo tempo em que se incorporaria à primeira época brasileira o conhecimento sobre os habitantes das terras americanas no momento anterior à conquista e à colonização portuguesa, entendendo-se este conhecimento como referente aos usos e costumes, às teorias sobre migração dos povos, e a tudo aquilo que poderia caber na definição ainda elástica de “etnografia”.

Migrações

Entretanto, a relação entre o conhecimento sobre os “aborígenes” e uma “primeira época” brasileira – momento ainda não sondado – implica para nós em certas considerações sobre a relação prevista entre a etnografia e a história nos termos propostos no Instituto. No caso do Brasil, segundo Cunha Matos, os estudos sobre os índios ainda andavam “às apalpadelas”, por falta de “monumentos bíblicos e lapidares” que comprovassem a existência de uma alta civilização nas terras brasileiras, como no caso dos monumentos mexicanos. Esta ausência de monumentos somente poderia ser substituída por escritos feitos por cronistas e religiosos quando começara a conquista, embora estes nem sempre atentassem para um estudo sistemático acerca dos povos indígenas, seja pela sua condição de colonizadores e de inimigos das tribos a que se referiam, seja por interesses particulares que impediriam tal conhecimento, como seria o caso dos jesuítas. Mesmo que tais escritos fossem parciais, seria preciso retomá-los para o estabelecimento de um “exame da história de uma raça, que ainda se achava mui

⁵⁶ Raimundo José da Cunha Matos, “Épocas brasileiras ou sumário dos acontecimentos mais notáveis do Império do Brasil”, in: RIHGB, vol. 302, 1974, p. 218.

distante da aurora da civilização”. O caminho através do qual o marechal acreditava consistir primordialmente o estudo sobre os índios brasileiros era o do estudo de suas línguas:

A sciencia da linguistica que agora começa a cultivar-se, é a que ha de mostrar-nos a origem das tribus e nações; nem esperemos que os homens que não possuem monumentos de seculos mais ou menos remotos, nos digam se se reputam autochthones, ou se vieram de terras longinquas estabelecer-se nos lugares em que ora se acham. (Cunha Matos, 1974: 133)

A partir das filiações, “das linguas mãis e irmãs”, é que se poderia estabelecer “a historia da origem, separação e emigração das diversas tribus encontradas em o littoral e nos sertões aquem dos Andes, e nos valles do Amazonas” (Ibidem, 133). O estudo das línguas, assim, deveria claramente auxiliar na explicação das origens dos índios brasileiros, a partir de suas relações com outros povos antigos. A chave de explicação da povoação no continente americano deveria estar na idéia das migrações:

Ainda que a Bíblia não explique por um modo positivo como se fez a emigração ou a passagem do Antigo para o Novo Mundo, devemos entender que foi atravessando os mares, e de ilha para ilha ou de continente para continente; e que as famílias vindas da Europa e da África eram da raça caucasiana, e da de Chus, e Mizrain, e até mesmo dos cananeus por Josué corridos até ao Atlas; e talvez disso proceda a existência de homens no Brasil, cujos nomes se assemelham inteiramente aos hebraicos.

Um dos pressupostos presentes na arqueologia do Instituto era o de encontrar os elos perdidos, que vinculassem a história da povoação do continente à história de povos mencionados pela Bíblia. Teorias citadas por Cunha Matos, como a que diz que migrações teriam sido feitas por povos vindos da Ásia a partir do estreito de Bering, já eram difundidas no século XVIII (Cunha Matos, 1975: 257), e a própria sistematização geológica realizada por Cuvier, no início do século XIX, que propunha a compreensão das idades dos fósseis através do estudo do conjunto estratigráfico, não supunha a contradição com a teoria diluviana e de dispersão dos povos (Schnapp, 1997: 350).

Assim, se a etnografia pertencia ao estudo da primeira época da história do Brasil, deve-se considerar que, por ela se ligar às origens da povoação do continente americano em um passado sem registros escritos, ela se vincularia aos estudos de natureza não-textual, arqueológicos. O que significa dizer que, para além dos registros existentes sobre os indígenas, de escritores dos tempos coloniais e de viajantes, era necessário buscar as fontes de outra natureza para sondar um passado recuado da história dos índios do Brasil. A história da primeira época do Brasil deveria assim se pautar na antigüidade do continente americano, cujas evidências deixadas por antigas civilizações de outras partes do continente sinalizavam para a necessidade de investigar o próprio passado remoto das terras brasileiras:

Quem não se enche de entusiasmo vendo em o novo mundo monumentos assombrosos da mais antiga civilização? E quem não lamentará a perda de tempo daqueles que escreveram, e se esforçaram em persuadir que o novo mundo saiu há três dias do fundo das águas, como se as serras do Órgãos, da Mantiqueira, dos Aimorés, da Ibiapaba, dos Pirineus, do Caiapó, os Andes, os Apalaches e muitas outras não sejam contemporâneas como as do Cáucaso, do Atlas, do Himalaia, dos Alpes e de diversas outras do antigo mundo! O grande livro da natureza, começou há pouco a ser estudado; a arqueologia e a etnografia começa a dar os primeiros passos, e por ventura já se tem encontrado documentos preciosos, que testificam a mais alta antiguidade das terras que habitamos. (Cunha Matos, 1863: 140)

As palavras de Cunha Matos apontavam para uma investigação dos vestígios de uma antigüidade expressos em sua materialidade, e que os registros escritos não alcançavam. O que pressupunha a investigação de uma primeira época para a história do Brasil através dos estudos da “história da natureza”. Não deixa, portanto, de ser significativo que um dos autores tomados como referência pelo marechal era Alexander von Humboldt. Ainda que não se tenha por certo que Cunha Matos, ao escrever seu texto, tivesse em mente as *Vues des Cordillères et monumens des peuples indigènes de l'Amérique*, esta pode nos servir de modelo para retomar a questão da importância dos dados materiais, como testemunhas diretas de um passado americano e brasileiro, e que apareceriam então como uma reivindicação não apenas do marechal, mas dos outros consócios do Instituto Histórico. A *Vue des Cordillères* apresenta as pranchas dos antigos monumentos

mexicanos, que ao lado das descrições que as acompanham, nos chamam a atenção pelo elemento insubstituível de seu conhecimento dado pela visão, em sua representação pictórica que inclui a própria paisagem.⁵⁷

Os vestígios da antigüidade da América pareciam também estar espalhados pelo território do Brasil. Contava o marechal que ouvira relatos de se haver “encontrado no sertão da província de Pernambuco a ruína de uma obra que parecia fortificação, alguma coisa semelhante às que existem nas chapadas do Ohio dos Estados Unidos da América”. Acrescentava que Humboldt e os naturalistas portugueses davam notícia de figuras esculpidas em vários rochedos ao norte do Amazonas pelos índios antecessores, remotos daqueles que agora ali habitavam, e indagava-se a respeito da origem de outros vestígios antigos, como “as figuras existentes a pouca distancia da estrada velha da aldeia do Carretão para a vila do Pilar da província de Goiás, em a porção da serra chamada Morro das Figuras”. As marcas destes mistérios impeliam à busca de inseri-las em algum lugar do passado distante, mas ainda reconhecível, ou então a desmistificá-las. Já se configurava em lenda a passagem do apóstolo São Tomé nos sertões do Brasil, que teria deixado gravada sua mensagem nas pedras da Serra das Letras, e “a quem dedicaram uma capela que aí existe, e recebe o nome de S. Tomé das Letras”. Certo ou não de que as tais letras não seriam talvez mais do que “dendrites formados na grez”, o importante era esclarecer tais incógnitas, insistia o marechal.

A forma de abordar o estudo sobre os índios sugerida nos apontamentos de Cunha Matos era sobretudo a busca por uma “origem” dos povos do continente americano. A questão das origens, no entanto, possuía uma longa discussão. Um relato sobre os índios Guaicuru, feito por um comandante do Presídio de Coimbra, e publicado em *O Patriota*, buscava descrevê-los aventando a possível origem tártara ou nómida daqueles homens.⁵⁸ O ponto de comparação que o autor fazia entre os Guaicuru e aqueles povos bárbaros era por conta do forte carácter bélico e da maneira peculiar com que os índios cavalgavam e faziam o cerco ao inimigo.

⁵⁷ Diz Humboldt na Introdução das Vues des Cordillères: “A la représentation des monumens qui intéressent l’étude philosophique de l’homme son jointes les vues pittoresques de différens sites, les plus remarquables du nouveau continent.” V. A. von Humboldt, Vues des cordillères, et monumens des peuples indigènes de l’Amérique, Paris: F. Schoell, 1810. [Document électronique], disponível em: <http://visualiseur.bnf.fr/Visualiseur?Destination=Gallica&O=NUMM-61301>

⁵⁸ V. “História dos índios cavaleiros ou da nação guaicuru”, *O Patriota*, 1814. O texto escrito em 1795 foi ainda posteriormente impresso no primeiro tomo da Revista do IHGB.

A associação entre a origem dos indígenas americanos e a de outros povos antigos era bastante presente ainda durante a primeira metade do século XIX. As conjecturas de Cunha Matos e do autor da “História dos índios cavaleiros” trazem uma perspectiva que já remontava séculos, sobre a ascendência judaica, cartaginesa, tártara, e ainda de outros povos, dos indígenas americanos. Sérgio Buarque de Holanda já havia notado a presença de idéias sobre a ascendência israelita dos ameríndios presentes no *Tratado Único y Singular Del Origen de los Índios*, de Diogo Andrés Rocha, autor de fins do século XVII, e também no *Diálogo das Grandezas do Brasil* (Holanda, 1994: 297). As questões sobre a origem dos povos ameríndios, como parte de uma história dos povos da Antiguidade, remontam à “tabela etnográfica”, ligada à tradição bíblica. Ela diz respeito ao capítulo 10 do Gênesis, que traça uma árvore com as ramificações da ascendência dos povos a partir dos três filhos de Noé: Cam, Sem e Jafé. Analogias feitas entre índios e outros povos conhecidos da antiguidade não faltariam assim nos escritores coloniais, e aquilo que parece uni-los, ainda estreitamente dentro da tradição bíblica, seria a condição de povos pagãos. O citado Diego Andrés da Rocha, por exemplo, discutiria as diversas teorias traçadas por outras autoridades, dizendo que o motivo das discórdias estava não no ponto pacífico sobre a vinda daqueles povos de uma das três partes conhecidas do mundo – a Europa, Ásia e África – , mas sim quanto ao continente e nação de origem.⁵⁹ O escrito, aos olhos contemporâneos, parece ter a tarefa de indicar quais os fios que ligavam os índios do Peru ao grande emaranhado de tranças que lembrava a trajetória dos povos, dentre as quais o autor destacava a nação espanhola, que era descendente de Jafé, através de Tubal. À diferença dos descendentes de Jafé, para os quais se reservava a denominação de “Nações”, dizia o autor que para os descendentes de Cã era dado o nome de “Povos”, e de “Gentes”, para as proles genéricas de Sem e Cã.

Sobre os índios da América portuguesa outros, como Simão de Vasconcelos, repetiriam idéias semelhantes. O padre Simão de Vasconcelos apresentou as principais teorias sobre as origens dos povos americanos, dentre as quais estava a crença de que os índios da América teriam vindo das Índias por descendência de Ofir; a crença de que estes eram advindos da dispersão após a

⁵⁹ Diego Andrés Rocha, *Tratado unico y singular del origin de los indios Occidentales del Piru, Mexico, Santa Fé, y Chile*. Lima: Imprenta de Manuel de los Olivos, 1681.

torre de Babel, ou ainda, o argumento que dizia que eram descendentes dos Hebreus, como defendiam João de Pineda e Gregório Garcia. A teoria das migrações seria majoritariamente presente entre os debatedores sobre a origem dos povos americanos, mesmo posteriormente ao século XVII. E as idéias de um autor como Lapeyrère sobre o não universalismo do dilúvio (Rossi, 1992: 171-5), que traçariam posteriormente as teorias “poligenistas” das origens dos povos americanos, permaneceria distante dos debates que se fundavam no século XIX no Brasil.

Seria somente no século XVIII que se abriria o espaço filosófico e metodológico para uma ampliação da questão sobre a origem dos povos indígenas, para além da tradição bíblica, inquirindo o problema da temporalidade. Antoine de Jussieu propunha, em 1723, que se estudassem os objetos de sílex encontrados na Europa – as controversas “pierres de foudre” discutidas no século XVI – a partir da comparação com os usos de pedras semelhantes pelos “selvagens” do Canadá e dos Caraíbas, insistindo assim no aporte metodológico da comparação etnográfica para a arqueologia (Schnapp, 1997: 323). Lafitau, em *Moeurs des sauvages amériquains comparées aux moeurs des premiers temps* (1724), compararia os indígenas da América aos povos antigos, tratando de explicitar os pontos que aproximariam os primeiros de um passado conhecido – os iroqueses aos egípcios, por exemplo –, compreendendo-os como vestígios de um tempo remoto.⁶⁰ Representante de um humanismo característico daquele século, a obra de Lafitau fornecia, sem romper com a tradição bíblica, uma inserção daqueles povos ditos selvagens dentro de uma perspectiva da história filosófica, transformando-os então em povos “primitivos”. Desta forma, o passado dos homens, não de todo relatado pela Bíblia, tornava-se passível de uma análise e de ser “vislumbrado” pelos modernos, uma vez que os selvagens contemporâneos aos europeus, poderiam ser entendidos agora como “vestígios” daquele mundo antigo, tornando-se as testemunhas diretas daquele passado. A perspectiva do jesuíta Lafitau punha em relevo o método comparativo, cujo pressuposto era o de que haveria uma mesma natureza humana capaz de fazer conhecer aqueles homens

⁶⁰ Michel de Certeau analisou o frontispício da obra de Lafitau, onde se vê a alusão à Criação na imagem de Adão e Eva em um quadro, e vários objetos da Antiguidade expostos no chão, relíquias pertencentes ao universo antiquário. Nos termos de Certeau, “Lafitau regarde ces pièces – antiques ou sauvages – comme les fragments de la ‘vision’ dont les Temps lui cache l’intégralité mais don restent quelques ‘vestiges’ épars et précieux.” [p.67]

americanos. Porém, há que se considerar que se o “primitivismo” do século XVIII fundava-se na própria idéia de uma natureza humana, tal como concebida pelos filósofos das Luzes e cujo discurso alojava os selvagens americanos em algum lugar do passado humano, este discurso não conduziria – ou mesmo impediria – a uma reflexão sobre os próprios “primitivos” (v. Clastres, 1980). Nesta perspectiva ainda, se os “primitivos” eram incorporados aos começos da história humana, como que adequados no estado de natureza, esta inserção não pressupunha um estudo daquelas sociedades tomadas em si, e menos ainda sua investigação através de um tempo cronológico.

No contexto europeu, os marcos do tempo cronológico das sociedades “primitivas” estariam vinculados à discussão da antigüidade do homem, que ganhariam desenvolvimento a partir do campo da arqueologia emergente no século XIX. Segundo Alain Schnapp, o organizador do primeiro museu que estabeleceria as sucessões das três idades tecnológicas – da pedra, do bronze e do ferro –, Christian Jürgensen Thomsen, em 1819, seria também aquele que poria em prática para a arqueologia o método de comparação, tanto tipológica como tecnológica, entre os objetos arqueológicos e os etnográficos. Thomsen destacaria a necessidade de tal estudo comparado pelas semelhanças que apresentariam os povos antigos da Europa do Norte com os selvagens norte-americanos.⁶¹ A referência aos americanos como vestígios de um outro tempo, como “testemunhas diretas do passado”,⁶² abriria o espaço para o questionamento sobre os marcos do tempo cronológico das sociedades americanas de antes da conquista. O impulso para a investigação de um passado remoto americano estaria vinculado assim ao problema de um passado recuado das origens do homem, cujo suporte para o conhecimento passaria a se alojar, sobretudo, na história da natureza.

Mas, se a investigação histórica das sociedades e a do passado arqueológico, uma e outra, em suas naturezas, pudessem levar a encaminhamentos

⁶¹ Tal postura de Thomsen levaria, segundo o autor, a lançar as bases para um estudo da pré-história independente dos textos antigos. As palavras de Thomsen seriam: *Il me paraît évident qu'à une haute période toute l'Europe du Nord était peuplée par des races très semblables et primitives. Qu'elles correspondent aux sauvages nord-américains me semble à divers égards certain. Ils étaient portés à la guerre, vivaient dans les forêts, ne possédait pas de métal ou feu.* Cf. Alain Schnapp, op. cit., 364-5.

⁶² Pensa-se na idéia de testemunhas diretas do passado estabelecidas pela tradição antiquária, que se punha em contraponto à história clássica e à exegese dos textos antigos. Momigliano, “L'histoire ancienne et l'Antiquaire”, in: Momigliano, *Problèmes d'historiographie ancienne et moderne*, Paris, 1983.

metodológicos e epistemológicos nitidamente distintos, no salão do Instituto Histórico, o trato da matéria da História do Brasil parecia requerer necessariamente uma continuidade entre as duas. E tal conjunção da história nacional com a pré-história não seria característica específica da construção historiográfica do Instituto. Manoel Salgado Guimarães procurou tratar desta problemática, a partir da presença de uma certa tradição antiquária na concepção de história do Instituto, presença que a vincularia a outras instituições européias, como o Institut Historique de Paris e a Sociedade dos Antiquários do Norte, instituição com a qual o grêmio do Brasil manteve contatos importantes durante a década de 1840.⁶³

No decorrer da década de 1840, no Instituto Histórico, a busca de afirmar um passado antigo americano, anterior ao da descoberta e colonização por portugueses, se refletia na publicação de textos como a “Memória sobre o descobrimento da América no século decimo”⁶⁴, ou nas “Investigações sobre as povoações primitivas da America”⁶⁵. Este último era uma tradução feita por Januário da Cunha Barbosa de uma parte da obra *Antiquités mexicaines*, que tratava das referências dos antigos à existência de um continente desconhecido. No primeiro texto, de Christian Rafn, fundador e secretário da Sociedade dos Antiquários do Norte, lançava a hipótese da descoberta da América ter sido realizada por escandinavos vindos ao continente através de navegações, que teriam saído de paragens da Groelândia.

As idéias sobre uma corrente migratória vinda do Norte da Europa seriam também disseminadas nas histórias que tratavam sobre o descobrimento do Brasil, como nos mostra o *Compendio da História do Brasil* de Abreu e Lima, publicado em 1843. Nele estariam citadas possíveis fontes que confirmavam a chegada dos

⁶³M. S. Guimarães, “Reinventando a tradição: sobre Antiquariado e Escrita da História”, in: *Humanas*, Porto Alegre, v. 23, n.1/2, pp.111-143, 2000.

⁶⁴O Instituto dá notícia da aparição da obra *Antiquitates americanae*, e o texto que segue a notícia, a “Memória sobre o descobrimento da América no século decimo”, de Rafn, “escrita originalmente em dinamarquez”, fora traduzido por Manoel Ferreira Lagos. Como na própria tradução estão arroladas as traduções em inglês, alemão, francês, além das traduções em holandês, polonês e italiano, fiamo-nos de que o tradutor se teria valido de alguma dessas outras versões. “Antiquitates americanae”, *RIHGB*, tomo II, 1840.

⁶⁵“Investigações sobre as povoações primitivas da America, etc., publicadas na obra intitulada – Antiquidades mexicanas –, 3 vol. folio, Pariz 1834, cap. 1 da primeira parte (...) escripto por Warde, e traduzido pelo cônego J. da Cunha Barbosa,” *RIHGB*, t. 5, 1843.

povos nórdicos ao território brasileiro no século X. Joaquim Norberto, em 1851, repetiria as idéias sobre a vinda de povos nórdicos ao Brasil:

Fora de dúvida é, pois, que a América fora conhecida no décimo século pelas viagens empreendidas pelos antigos Escandinavos na parte setentrional fazendo assim surgir da completa escuridão em que jaziam sepultados inumeráveis fatos, que elucidam uma época, já tão remota para nós.

O interesse por uma investigação arqueológica do Instituto Histórico se vinculava à própria busca em fundar uma escrita da história a partir de um tempo remoto predestinado a ser o passado da “Terra de Santa Cruz” – um passado como uma referência que pudesse ser tomada posteriormente, como *tradição*.⁶⁶ Tradição esta, não obstante, que por não se basear naquela dos antigos textos clássicos, deveria ser afirmada a partir de outras perspectivas. Era através da investigação dos vestígios arqueológicos, que tinham o valor de “objetos-testemunhas”, que seria possível pensar em um passado alargado para o território do Império. O interesse em fundar as tradições nacionais em um tempo remoto, devia-se à busca da legitimação de um lugar para a nação brasileira no “concerto das Nações”, e tal busca se constituía como uma das características de uma certa concepção de história. Curiosamente, esta busca refletiria também a necessidade de dar destaque aos “mistérios” e às “fábulas”, como dizia Cunha Matos, que aguçavam o interesse pela história trazendo-a para mais próxima do gosto antiquário. Este aspecto pode ser avaliado no que diria a comissão do Instituto Histórico, que fora investigar em 1839, umas “inscrições” misteriosas, supostamente esculpidas sobre a Pedra da Gávea. Entretanto, a comissão que fora investigar pessoalmente as tais inscrições nos “confins” da então distante Gávea, não dava um veredito sobre a exploração arqueológica, que havia, pelas dificuldades de acesso ao local, causado muitos transtornos a seus membros. A comissão, no entanto, procurava se justificar, se acautelando contra as possíveis armadilhas do ridículo de suas próprias credences dizendo:

⁶⁶ A idéia que vínhamos sustentando, de um aprendizado da paisagem, e que se altera no tempo, não deixa certamente fazer parte de certas criações coletivas, advindas do fenômeno dos Estados nacionais, expostas por Eric Hobsbawn e Terence Hill, em *A invenção das tradições*, embora o momento aqui abordado ainda não tivesse um aspecto tão recortado como viria a adquirir na segunda metade do século XIX, nos romances indianistas de José de Alencar.

A descoberta de uma inscrição é um facto, que póde fazer uma revolução na história; que póde reconquistar idéas perdidas, e aniquillar outras em pleno dominio: um nome, uma phrase em uma lapida, podem preencher lacunas immensas, restaurando conjecturas, e abrir uma estrada luminosa do passado ao futuro.

Os povos que tem uma civilização nascente, são naturalmente credulos, e sua imaginação os arrasta a ver thesouros encantados por todas as partes; e os homens amigos do mysterios o algumas vezes tambem crêm encontrara vestigios dos outros homens n'aquillo, que é um acaso da natureza.⁶⁷

Em meio àquelas inquirições sobre o passado, podemos perceber paralelamente a configuração de um “lugar” para os índios, que emergia em conjunto com as descrições da natureza do país, nas tentativas de escrita de uma história do Brasil por “brasileiros”. Mas também, era nos anos iniciais do Instituto, quando começavam essas tentativas de formular uma História Pátria, que ficavam evidentes as dificuldades em ajustar o modelo de escrita histórica de tipo “moderno”, e o lugar do índio, formulado enquanto “passado”. A presença do eixo *espacial* para adequar os índios dentro da história do Brasil, entendendo-os como elemento de descrição do espaço geográfico, continuava a ser referência primordial. Os escritos de Raimundo José da Cunha Matos podem servir como um exemplo interessante para olhar para os conflitos entre a necessidade de se criar um modelo historiográfico próprio ao Brasil, onde cabia a discussão sobre o lugar do elemento indígena, e as formas de concepção histórica que se encontravam em vigor. Ainda que Cunha Matos tenha morrido pouco após a fundação do Instituto, as questões sobre as quais ponderou em alguns textos, publicados anos mais tarde, marcam um momento desta outra história – a da escrita da História do Brasil.

⁶⁷ Relatório sobre a inscrição da Gavia. RIHGB, tomo 1(1839), Imprensa Nacional, 1908, p.78.

1.4

História natural e História do Brasil

Na “Dissertação sobre as épocas do Brasil”, Cunha Matos lançava uma questão que parecia ser para seus contemporâneos o ponto de partida, e ao mesmo tempo, o desafio para escrever uma história do Brasil a partir de um novo prisma:

como será possível escrever uma história filosófica do povo do Brasil antes de levar ao cadinho da censura mais severa o imenso fardel de escritos inexatos, insulsos, indigestos, absurdos e fabulosos anteriores ao ano de 1822 em que unicamente se imprimia em Portugal, e raríssimas vezes no Brasil, aquilo que um governo desconfiado, uma inquisição intolerante, um Ordinário sem critério, uma mesa da comissão sobre a censura dos livros permitiam que fosse publicado? [...] O que vemos acerca da história em quase todos os escritores estrangeiros? Aquilo que escreveram os portugueses, e os brasileiros; e demais a mais muitas invectivas, insultos, calúnias, impropérios, falsidades em desabono do povo do Brasil! (Cunha Matos, 1863:123).

Se a reação de Cunha Matos frente aos falsos relatos de estrangeiros sobre a natureza e fatos históricos do país mostrava, por um lado, a necessidade de seleção dos mesmos relatos, procurando excluir aqueles que denegriam a imagem do país, ele buscava, por outro lado, classificá-los segundo o julgamento da racionalidade e veracidade neles contidos, em uma atitude concernente a uma ótica filosófica e política que deveria orientar todos aqueles que buscavam o bem e o progresso dos povos, pois já não se poderia considerar como imparciais os escritos que haviam sido produzidos em um período entendido como opressor, em que os diversos registros foram feitos à luz de preconceitos, censuras e visões distorcidas. Sua atitude revelava, em parte, sua própria compreensão do caráter do conhecimento histórico.

Ponto primeiro para que se discutisse a história do Brasil, era preciso bem avaliar os relatos existentes para um julgamento imparcial. E um sentido não menos importante se retira desta avaliação: tornava-se necessário corrigir as visões distorcidas para que se fizesse o justo retrato do país no exterior, perante as outras nações civilizadas.

Na “Dissertação”, o que parece surgir como primeiro critério crucial é a oposição que o autor apresenta dos escritos dos *estrangeiros* da de *portugueses e brasileiros*, uma oposição que impõe a separação das perspectivas de um lado e de outro, nos assuntos que concerniam ao recente Império do Brasil. Assim, afirma que, se os estrangeiros se destacaram acima dos “portugueses e brasileiros” no que respeita às ciências naturais – e enumera os primeiros: Marcgraff e Pizon, Eschwege, Mawe, Neuwied, Pohl, Natterer, Langsdorff, Spix e Martius, Varnhagen, St. Hilaire, Freircip –, estes haviam sido precedidos pelos *nacionais*, portugueses e brasileiros nos estudos da história e geografia do Brasil: os jesuítas, frei Antonio do Rosário, frei José Mariano da Conceição Velloso, Bernardino Antonio Gomes, Joaquim José Lisboa, frei José da Costa e Azevedo, frei Leandro do Sacramento, Manoel Ferreira da Câmara Bithencourt, padre João Daniel, frei José de Santa Rita Durão, João da Silva Feijó, padre Diogo Soares, o dr. Arruda (Ibid.: 124).

Se havia ainda uma enorme vantagem dos estrangeiros que escreveram sobre a História Natural do país, a culpa daquela situação já não poderia mais ser imputada apenas ao passado colonial, se não se animassem também os naturais para realizarem investigações daquela ordem nas diversas províncias do país, ganhando assim terreno face aos estrangeiros que se sobrepunham nos trabalhos “filosóficos”. Havia uma outra gama de motivos para que não se deslanchasse os trabalhos em História Natural no país, como Cunha Matos já havia afirmado em sua *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais*. Era preciso, pois, para se equiparar aos “Pohls, os Northerers [sic], os Saint-Hilaires, os Spix e Martius, os Freyreiss, os Langsdorffs”, que “viajavam à custa de seus largos patrimônios, ou com muito grandes pensões dos monarcas que os empregavam”, que o governo também fomentasse mais incisivamente a produção nacional, afinal:

Nem é com uma pensão de 400\$00 rs. anuais que um bom naturalista brasileiro há de abandonar os cômodos da sua casa para ir correr montes e vales, expor-se a riscos iminentes, a epidemias devastadoras, para ser útil a seu país e trabalhar para um governo que não quer remunerar-los. (Cunha Matos, 1979, vol 1: 5)

Nesse tom de reclamação é que Cunha Matos concluía a introdução de seu manuscrito, *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais*, que havia composto entre 1831 e 1837, em sinal de agradecimento ao eleitorado mineiro, que o havia elegido deputado por aquela província. Anos antes, quando esquadrihava o território como comandante de armas da Província de Goiás, tivera a oportunidade de passar por Minas Gerais, e lá, tendo feito contato com o então secretário de governo em Ouro Preto, Luís Maria da Silva Pinto, arrecadou com este os mapas populacionais e projetos de divisão civil e eclesiástica local.⁶⁸ Silva Pinto, que era natural da província de Goiás, também havia preparado em 1832, um *Dicionário da Língua Brasileira*, impressa em Ouro Preto pela tipografia que ele mesmo criou.⁶⁹

Em seu preâmbulo, Cunha Matos contava que procurou reunir as informações que pôde obter e destacava, em uma afirmação bastante reveladora naquele contexto, que “A história é uma ciência dos fatos. Ela aprende-se por observações pessoais, ou pela leitura de outros escritores” (Ibidem: 3). Esta afirmação se encaixava no que o autor viria a justificar logo a seguir, ao dizer que para suprimir suas falhas, na falta das referidas observações pessoais, havia consultado diversos “sábios”, estrangeiros e nacionais para compor sua *Corografia*. Assim pretendia justificar as faltas que poderia haver em seu trabalho corográfico, ao substituir pelos dados coligidos, a observação direta, devido à sua falta de tempo pelas inúmeras ocupações e encargos que teve de assumir.

Mas podemos chamar a atenção, ainda, para um outro elemento que essa passagem do preâmbulo deixa transparecer, quando nos indagamos sobre o que deveria significar o nome “corografia” dado ao título do trabalho pelo autor. Em um rápido traslado, a “história” que mencionava na introdução como a “ciência dos fatos” passava a ser equivalente à corografia, ou dito de forma mais prudente, ali se insinuava que um “método” de trabalho poderia servir ao outro. Ainda que o título da obra esclarecesse tratar-se de uma corografia *histórica*, informando provavelmente um recorte dado à intenção de se fazer uma “corografia”, o que se detecta é que o marechal Cunha Matos tinha por este nome um modo de conceber

⁶⁸ Cf. Tarquínio J. B. de Oliveira, “Um soldado na tormenta”, prefácio à *Corografia histórica da província de Minas Gerais (1837)*, Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1979, p.XXII.

⁶⁹ Atente-se para o título deste dicionário, uma vez que a “língua brasileira” se referia à língua portuguesa falada no Brasil, aspecto que deve ser visto como uma certa novidade. V. Luiz Maria da Silva Pinto, *Diccionario da Lingua Brasileira*. Ouro Preto: Typographia da Silva, 1832.

o trabalho histórico, o que se verificava em seus outros trabalhos. O modelo utilizado nas suas “Corografias” se aplicava ao trabalho histórico em geral, como se depreende de sua *Dissertação*. De que maneira Cunha Matos faria esta aproximação? Vejamos primeiramente como planificaria o trabalho de sua *Corografia* de Minas. Avançamos neste momento que em seu escrito apresentava-se um certo modelo de trabalho. Neste modelo, Cunha Matos traçava diretrizes prévias, como as que se apresentavam nas observações da *Corografia*, e que reproduziremos para maior clareza da nossa proposta:

1.1 – No tocante às cidades, vilas e arraiais, a sua descrição deverá ser pelo modo seguinte:

- a) Está situada na latitude, e longitude de
- b) Em terreno (elevado, ou
- c) Junto da margem (esquerda ou direita) do rio
- d) Teve princípio no (dia, mês e ano), com o nome de, na fazenda de (ou lavra) de fulano;
- e) E recebeu título de (vila, cidade) por (decreto, alvará, resolução) de (dia, mês e ano);
- f) Consta atualmente (1831) de: praças;ruas;casas habitadas; habitada poralmas;.....casas desertas;casas em construção;templos, dos quais paroquiais; pontes (de pedra, ou de madeira); chafarizes;
- g) Existem escolas;
- h) Os ares são (saudáveis ou doentios) por razões de
- i) Fica a léguas, no rumo de; da capital da Província, e a léguas da cabeça da Comarca.

1.2 – Pelo que respeita às igrejas:

- a) Paróquia (ou capela de)
- b) Foi fundada por, no ano de, com licença do Bispado de....., e ordem de
- c) Tem tantas naves e tantos altares;
- d) Tem tantas confrarias;
- e) Patrimônio doado pelo fundador
- f) Possui jóias e alfaias no valor de
- g) Pé-de-altar do vigário (ou capelão curado) orçado em:
- h) Côngrua de
- i) Acha-se em (bom ou mau) estado;
- j) Número de fogos;
- k) Número de almas.

Os elementos que se buscava saber de uma dada localidade já estariam ali inscritos; procurava-se conhecer as escalas, proporções, quantidades. Os elementos descritivos também estavam incluídos neste prévio modelo, e tinham um lugar especificamente demarcado a partir de itens, como, por exemplo, sobre a descoberta da região, sobre as características da população, sobre as atividades econômicas principais. O modo como Cunha Matos organizava as informações que obteve para a composição da *Corografia* indicava que a coleta dos dados era feita a partir de um traçado previamente elaborado, e cuja aproximação com o modelo adotado por viajantes naturalistas que buscavam colher dados para a História Natural fazia-se sentir.

Assim como o modelo da “Instrução para os viajantes”, aquele plano corográfico deveria coletar os dados a partir de um questionário anteriormente elaborado, e a soma das descrições locais, compunham por si o todo, sem expor qualquer conflito entre as escalas, da mesma forma como o catálogo geral dos objetos naturais do Museu deveria ser composto a partir da soma dos dados dos catálogos dos museus locais. Ressaltava Cunha Matos que de todas estas informações listadas, aquelas que pôde obter, apresentava “nos lugares respectivos”, ou seja, aplicadas à comarca, aldeia, vila ou cidade de que tratasse, e que pelo que tocava as notícias estatísticas, deixava “muitas casas em branco nos mapas, a fim de serem enchidas pelos curiosos que obtiverem conhecimento dos fatos que eu não pude indagar” (Ibid.: 21). Desde já sua missão em escrever aquela corografia era eximida de um plano cabal, deixando que outros “curiosos” preenchessem as lacunas deixadas, o que aportava para a obra no tom menos pessoal e autoral, na busca de ser o menos passível a “parcialidades”, de ser o mais exato possível, justamente como deveria ser uma carta geográfica ou a apresentação e disposição dos produtos naturais em um Museu sobre uma localidade.

A obra divide-se em seis partes; embora faltem ao manuscrito original as 12 primeiras páginas iniciais, de modo geral, é possível seguir seu critério de organização.⁷⁰ Na primeira parte encontra-se a divisão política da província, que

⁷⁰ A edição da *Corografia* de 1979 altera em algumas partes o manuscrito do autor, e, por curioso que pareça, tendo-se em vista o que dissemos sobre as semelhanças entre a apresentação corográfica e as disposições dos elementos na História Natural, presentes na sugestão de Cunha Matos para se acrescentarem e corrigirem os dados desconhecidos, o organizador do século XX

segue mais ou menos a referência acima citada nos termos das vilas e cidades de cada comarca. Nesta primeira parte, está o primeiro título, referente às informações e descrições sobre a província, feitas a partir de compilações de diversos autores como Joaquim José da Rocha, Aires do Casal, monsenhor Pizarro e Saint-Hilaire, fornecendo aspectos gerais da província, informando seus limites, posição geográfica, divisão civil e dados sobre as primeiras entradas na região. Os títulos seguintes desta primeira parte referem-se a cada comarca da província – de Ouro Preto, do Rio das Mortes, do Rio das Velhas, do Serro Frio e de Paracatu –, cujos subtítulos, referentes aos termos das cidades e vilas de cada comarca, seguem a uma mesma lógica de apresentação, com a disposição das informações tal como havia antes prescrito em sua observação, entremeadas por diversos quadros estatísticos. Na segunda parte, que busca tratar da corografia física, econômica e histórica, a província tida como uma *região*, é descrita em seu clima, natureza do terreno – suas características geológicas e de relevo –, montanhas, hidrografia, acidentes e percursos, agricultura, pecuária, nos resumos históricos sobre as principais descobertas de riquezas da região e nas comunicações abertas em Minas. A terceira parte cuida da “demografia, cultura e atividades econômicas”, onde trata da “população”, de “seu caráter e costume”; dos índios selvagens; da junta de civilização e catequese dos índios; das populações marginalizadas, dos “usos e costumes” de escravos, índios e ciganos; do comércio; da navegação; da saúde e da educação; e da indústria. As partes seguintes referem-se às estatísticas eclesiásticas; estatísticas sanitárias, judiciárias e administrativas; e a estatística financeira. Neste todo, que o autor lamentava ser incompleto, é como se ele, Cunha Matos, buscasse esquadriñar todos os elementos, todos os viventes em suas relações definidas estatística e administrativamente dentro de um espaço recortado; como se dispusesse tudo o que se sabia, e tudo aquilo que se tinha como “dados” sobre a região, em uma maneira de expor que lembrava o desenho de vários pontos sobre um papel quadriculado.

diz ter seguido exatamente esse conselho, modificando parte do trabalho original – incluindo, por exemplo, em um trecho que o marechal falava das primeiras entradas na região, outros dados desconhecidos por este no corpo do texto, tais como sobre Cláudio Manoel da Costa –, o que de certa forma, faz o organizador, quase nosso contemporâneo, partilhar do intuito do autor original, distanciando-se ao mesmo tempo de nós.

A corografia se baseava na possibilidade de descrever todos os elementos presentes em uma localidade, como se acompanhássemos um mapa desde a menor escala. Como se a descrição dos elementos da localidade nos fornecesse a capacidade de “ver” a região, dando um retrato preciso e o mais completo possível a seu respeito.

Sua proposição de uma divisão por épocas para a História parece repetir a mesma lógica que apresentava em sua corografia, no que se refere à disposição de fatos históricos como dados “especializados” e por isso mesmo incontestes, e dispostos ao olhar sob uma continuidade quase *natural*, seguindo a ordem cronológica dos acontecimentos. As “Épocas brasileiras, ou sumário dos acontecimentos mais notáveis do império do Brasil”, escrito por Cunha Matos em 1838, elaboraria um plano em que localizaria ano a ano, a partir da descoberta do Brasil, todos os fatos sucedidos, até aquele momento. Nos anos deixados “vazios”, sem acontecimento algum neles inscritos, seria possível fazer a inclusão de alguns fatos que ainda se encontrassem desconhecidos, como postulava:

Como em a obra que agora ofereço a meus leitores, hão de certamente faltar muitos sucessos notáveis que não chegaram ao meu conhecimento, apresentarei em apêndice não só aquilo que eu vier a saber por estudo próprio, mas também os artigos que outras pessoas melhor informadas quiserem ter a bondade de me comunicar; cumprindo-me todavia advertir que havendo muitas relações entre os acontecimentos de diversas Capitânicas do Brasil, eu faço menção deles naquela em que tiveram o mais importante lugar. Por esta presunção as épocas de S. Paulo são, às vezes, ligadas às de Minas Gerais; às da Bahia estão unidas às de Porto-Seguro, Ilhéus, Sergipe, e até as do Espírito Santo; e assim outras cousas, querendo eu fazer para seguir um sistema regular. (Cunha Matos, 1975: 219)

A perspectiva de Cunha Matos nas “Épocas Brasileiras” – lembre-se ainda, a perspectiva de um militar, cuja formação reforçava um sentido de “especialidade” ao montar uma “cartografia” dos eventos históricos – reforça uma prática estabelecida pelo Instituto Histórico desde a fundação: coligir primeiramente, os documentos para a escrita da História do Brasil, acumulando e seriando os fatos para a narração da história. Era significativo que a aproximação entre a história e a corografia feita por Cunha Matos também se repercutia no ideal de escrita da história do Império, a partir da junção das histórias de cada

província, como um somatório que resultava no seu todo. Na frase acima, o marechal procurava interligar as regiões a partir dos fatos concernentes a elas, tratando de relatar os acontecimentos no “espaço” mais significativo, para que não se quebrasse seu “sistema regular”. E tal sistema regular, de não redundar os elementos descritos, não seria próximo do método de fazer o catálogo dos produtos naturais, tal como o encontrávamos nas “Instruções para os viajantes” do Museu do Rio?

A aproximação entre a história e a corografia pode ser observada na prática de outros escritores na década de 1840, como se depreende da opinião do autor do *Compendio de História do Brasil*, Abreu e Lima. Este, que fora dentro do Instituto um historiador bem menos quisto do que o falecido marechal, diria algo semelhante ao que pregava aquela instituição a respeito da história, ao declarar que primeiro que tudo, era necessário aos historiadores “triangular o terreno sobre que devia um hábil corógrafo traçar a carta da nossa história” (*apud* Rodrigues, 1969:127).

O elemento-chave que construía a *Corografia* de Cunha Matos era a sistematização detalhada de vários dados sobre a localidade, o que exigia a mobilização constante de novas informações sempre precisas, que deveriam ser constantemente verificadas sobre a mesma localidade. Além disso, o levantamento de informações lembrava que era sobretudo a face mais exata e verídica possível sobre a localidade que se deveria buscar, tratando de inserir este conhecimento dentro de um modelo único, geográfico e histórico ao mesmo tempo. Ora, este modelo único – de inclusão contínua de novos dados que pudessem ser sistematizados dentro de um quadro –, acabava por fornecer uma base comum de procedimento metodológico tanto para a história como para a geografia nos trabalhos de Cunha Matos.

A ênfase na coleta e ordenação dos dados, tal qual aparece nas Corografias e nos escritos históricos de Cunha Matos, pode ser vista de um lado, como uma das características que ligam seu método de investigação à tradição antiquária. Mas também, ela se aproximava do conhecimento retirado das viagens científicas, que passaram a ganhar foros institucionalizados desde o século XVIII, como discutíramos antes.

A partir do século XVIII, a busca de uma sistematicidade específica através da observação dos dados empíricos era uma exigência das academias e sociedades de ciências que buscavam coletar informações precisas sobre as regiões exploradas. Cunha Matos enaltecia a importância dos conhecimentos retirados das novas descobertas dos viajantes, os quais, por estarem falando a partir do ponto de vista da Ciência, denunciavam e desmentiam os erros dos escritos do passado colonial cometidos seja por escritores cujos interesses eram puramente comerciais, seja por religiosos, seja por aqueles que se deixavam levar por suas fantasias.⁷¹

O mapeamento das regiões do mundo que vinha se inscrevendo conforme seguiam as viagens científicas trazia em conjunto novos delineamentos para a classificação dos diversos povos e raças, concomitantes à busca sobre suas “origens” e emigrações. Dizia Cunha Matos:

Chegou a idade de se decifram esses mistérios da história Egípcia, e talvez de outras regiões; e também virá o tempo em que nos livros sagrados, e nas crônicas profanas dos judeus, dos chinas, dos japoneses, e nos monumentos do Novo Mundo, se encontrem claramente as informações velhas a respeito desta parte do globo terráqueo.(Cunha Matos, 1974:255)

Os compêndios de geografia publicados no momento em que escrevia ilustravam claramente o conteúdo deste impulso revelador das descobertas, ao ordenar no espaço cartográfico as descobertas e novas informações sobre os diferentes povos do mundo. Adriano Balbi, um dos geógrafos de grande renome dentro do Instituto Histórico, e citado várias vezes por Cunha Matos, exporia este feito impulsionado pelas viagens científicas em seu *Abrégé de Géographie*, ao relevar que as viagens traçavam a cada momento um novo plano sobre a distribuição do gênero humano sobre a terra, possibilitando novas formas de classificação dos povos e alargamento do conhecimento geopolítico do mundo. Balbi destacava assim o papel dos naturalistas neste processo:

⁷¹ Juízos e critérios que não deixariam de possuir uma certa marca ideológica. Cf. Michelle Duchet. p.16.

Lorsque la surface de la terre sera entièrement connue, et que l'on connaîtra bien tous les caractères physiques des peuples qui l'habitent, alors seulement les naturalistes pourront proposer des classifications (Balbi, 1838 : 58).

O *Abrégé de Géographie* de Balbi traz um planisfério que cobre duas folhas do livro onde era possível visualizar em toda a extensão do globo terrestre, todas as regiões então conhecidas – as cinco partes do mundo – da Nova Califórnia às ilhas de Sandwich, habitados por suas respectivas populações. As diversas populações necessitavam submeter-se a uma classificação que as ordenasse, de modo a se ter sobre elas uma compreensão unificada. Esta obra, que Cunha Matos citaria em suas “Épocas brasileiras”, esclarecia que a *etnografia* era o campo de conhecimento responsável pela coleta de informações e a busca de critérios para classificar os povos do mundo, constituindo-se em matéria fundamental da geografia política (Idem, *ibidem*: XX). O geógrafo italiano discorreria sobre algumas possíveis formas de classificação dos povos: aquelas que seguiam a classificação por raças; a classificação fundada sobre as diferenças do estado social, “que dividem todo o gênero humano em povos selvagens, povos bárbaros e povos civilizados”, e outras classificações consideradas por ele menos úteis, que tinham por base, por exemplo, a alimentação, a topografia, ou base de subsistência. Esta definição plurifacetada dos métodos de investigação concernentes à etnografia explicitava a própria diversidade de noções sobre as quais eram concebidas as raças humanas.

O conhecimento geográfico fornecia a partir daí a chave de leitura das diversas raças na tradição monogenista, uma vez que, estas, em sua variabilidade, deveriam ser estudadas de acordo com o seu lugar de ocupação no globo terrestre, como dados que se revelavam como fundamentais para uma teoria das migrações dos povos. A própria identificação dos povos com suas regiões de origem era dada pela denominação que aqueles povos ganhavam. De maneira que os negros eram pertencentes à raça “etiópica”, os brancos, à caucásica, e assim por diante.

Não deixa de ser relevante o fato da “Dissertação” de Raimundo José da Cunha Matos ter debatido pela primeira vez dentro do Instituto ao lado das preocupações do secretário perpétuo Januário da Cunha Barbosa, a questão do

lugar para os índios nas épocas da História do Brasil, inserindo assim o que seria em nosso entender o primeiro passo para a criação da etnografia do Instituto.

1.5

Geografia, História, Arqueologia e Etnografia

Se por parte viemos frisando a presença da etnografia nos debates do Instituto como estreitamente vinculada à história do Brasil desde a defesa feita por Cunha Matos, em 1839, é necessário ainda precisar quando o estudo sobre os índios, que se viam vinculados ao estudo do passado remoto do Brasil, tornava-se um “tema” próprio. Mesmo porque, nos anos iniciais do Instituto, a etnografia não se constituía em nenhuma seção que fizesse a análise e a organização dos textos “etnográficos”.

A Comissão de Arqueologia e Etnografia Indígena foi proposta por Manoel de Araújo Porto Alegre, Manoel Ferreira Lagos e Joaquim Norberto de Souza Silva, na 177^a sessão da instituição.⁷² Na sessão seguinte, em um parecer de 16 de setembro de 1847, era aprovada a criação desta nova seção que teria sua primeira comissão formada por Francisco Freire Alemão, José Joaquim Machado de Oliveira e Joaquim Caetano da Silva.

Como indício de que esta comissão já estaria em atividade desde então, tem-se uma proposta de Freire Alemão escrita em outubro daquele ano, na qual solicitava aos presidentes de província informações sobre as diversas tribos indígenas que existiam nas diversas regiões do Império.⁷³ Em 1849, o consócio

⁷² Cf. a discussão da Comissão de Redação e Estatutos, que está na Revista Trimensal do Instituto, 1847, Kraus Reprint, 1973, e também cf. Heloísa Bertol Domingues, que em sua tese chamava a atenção para a criação da Comissão de Arqueologia e Etnografia antes de sua oficialização nos *Novos Estatutos do Instituto*, em 1851. H. Bertol Domingues, *Ciência: um Caso de Política. As relações entre as Ciências Naturais e a Agricultura no Brasil-Império*. Tese de Doutorado. Departamento de História da FFLCH-USP, São Paulo, 1995.

⁷³ Proposta de Freire Alemão de 14 de Outubro de 1847, “Quais eram as tribos indígenas que habitavam a respectiva Província no tempo em que o país foi conquistado. Que extensão de terreno ocupavam. Quais foram extintos; quais emigraram e para onde; e enfim quais existem ainda e em que estado”. Juntamente a esta proposta, os presidentes das províncias também deveriam responder a uma segunda: “Qual a parte da Província que era já nesses tempos desprovida de matas, quais são os campos nativos, e qual o terreno coberto de florestas virgens; onde estas tem sido destruídas, e onde se conservam e quais as madeiras preciosas de que mais abundavam, e enfim que qualidade de animais as povoavam?”.

Francisco Adolfo Varnhagen enviava uma carta, datada de Madrid, onde lembraria que nove anos antes, havia lido ao mesmo Instituto suas considerações a respeito da necessidade dos estudos das línguas indígenas. Justificava o fato de estar escrevendo aquela carta por ter já uma precedência sobre o assunto, e pedia para levar em consideração algumas das suas sugestões à proposta feita por Freire Alemão.

Varnhagen, ao mesmo tempo em que reforçava a importância da coleta de informações etnográficas obtidas dos presidentes de província, já inquiria sobre um aspecto que, segundo ele, estaria pouco destacado na proposta de Freire Alemão: o da necessidade de estabelecer uma sistematicidade da coleta das informações, que pudesse atentar para as particularidades de cada grupo indígena. É justamente a busca daquelas especificidades de cada tribo indígena que deveria ser o objetivo de um estudo tido como etnográfico, para Varnhagen. De outro modo, ocorreria a repetição de uma prática tão antiga quanto ao próprio registro de viagens:

Cansam-se uns e outros a escrever os usos, costumes, indústria e armas que são quase gerais a todas as raças aquém dos Andes e da Patagonia, e passam em claro os caracteres que poderiam concorrer à divisão das mesmas raças. (Varnhagen, 1858: 389)

Ora, o ponto para o qual Varnhagen chamava atenção era a necessidade de criar um método de caracterização e distinção dos indígenas da América entre si, particularizando-os em relação aos outros povos do mundo. Esta idéia dá-nos ensejo a pensar que a necessidade de um estudo etnográfico deveria ser o de imprimir a especificidade de um povo, idéia que concorria para a formação da nação e da nacionalidade, preocupação que norteava a todo instante as atividades dos consócios do Instituto. O que Varnhagen punha como questão, e que se tratava de um aspecto até então pouco frisado no Instituto, era o da busca de um método capaz de possibilitar a comparação e a distinção entre as tribos indígenas.

Em sua opinião, as diversas informações desencontradas acerca dos usos e costumes das tribos indígenas retiradas de escritores “antigos e modernos” impediam a compreensão dos aspectos que “poderiam concorrer à divisão das mesmas raças”. Devido a esta falta de um método mais preciso é que, em sua

opinião, ocorreriam discrepâncias, mesmo em autores de renome, como no caso de Hervas, que dava como distintas 51 tribos indígenas que não teriam ligações com os ramos tupi e guarani. Assim é que, por exemplo, tinha-se como uma tribo particular a denominada Tapuia, quando o termo tem o sentido de tribo inimiga em guarani e tupi, não servindo pois o nome a nenhum grupo em particular.

A carta pedia que fossem anexados à solicitação de Freire Alemão um pequeno questionário com algumas palavras em português, que deveriam ter seus correspondentes na língua indígena especificada. Varnhagen defendia que através de uma coleta precisa das línguas seria possível esclarecer e distinguir melhor as “raças” indígenas, indicando que o caminho para o estudo da etnografia deveria ser através do estudo filológico:

Cada vez me convenço mais de que para o estudo das raças indígenas nada nos pode ser de mais socorro do que o conhecimento das suas línguas. Por isso mesmo não me poupo a trabalho para juntar todo impresso e manuscrito que vou encontrando a tal respeito, e nunca pensei que só acerca da America do sul se tivessem outrora publicado tão importantes obras.

Nesta passagem o autor sublinhava que o estudo etnográfico deveria ser feito através do estudo das línguas, tal como havia também preconizado Cunha Matos anos antes em sua “Dissertação acerca do sistema de escrever a História antiga e moderna do Império do Brasil”. A afirmação de ambos, na valorização dos estudos das línguas refletia o impulso dado pela “nova” filologia de Schlegel, começada ainda no século XVIII. Os estudos sobre os povos não-pertencentes ao mundo greco-romano ganharam impulso sobretudo com a descoberta do sânscrito e com a decodificação dos hieroglifos da pedra Rosetta, e reafirmaram para a os estudos “etnológicos” nascentes na primeira metade do século XIX a crença de que a linguagem seria a chave para revelar a história da humanidade (Bravo, 1996:339).

Ao mesmo tempo em que o autor propunha o estudo das línguas indígenas por uma comparação de suas palavras, o que a princípio atentaria para a especificidade de cada grupo, tem-se que a própria exigência de um critério de coleta como expunha – que não deveria “fiar-se muito dos conhecimentos

filológicos dos informantes”, pois estes não eram necessariamente especialistas – ditava uma separação bastante demarcada entre o “trabalho de campo” e os estudiosos de gabinete. A estes últimos era dado estudar as distinções lingüísticas das tribos, não por uma relevância delas em si mesmas, mas pela importância de revelar através delas suas ascendências. As distinções das línguas ainda revelariam aspectos mais gerais de cada uma daquelas tribos, medidas em uma escala civilizacional, que previa o ponto mais alto e os mais baixos. É neste sentido que Varnhagen pretendia que a coleta dos vocabulários fosse a princípio a mais restrita, contemplando apenas os “objetos frisantes”, que não pudessem dar lugar a equívocos, retirando inclusive aspectos que seriam úteis “para avaliar o grau de barbárie dos povos” (Varnhagen, 1858: 392). Na verdade, aqui Varnhagen não extrapola a prática mais geral da etnologia que seguiria correntemente até a segunda metade do século dezenove. A etnologia buscava, por um lado, o acúmulo da rede de informações a respeito dos povos nativos, a partir de informantes conscienciosos. Por outro, ela estabelecia uma diferenciação e hierarquização, tanto ao nível da aquisição de conhecimentos como o da prática metodológica, do trabalho efetuado por tais informantes e daquela dos pesquisadores, fossem estes antropólogos ou naturalistas.⁷⁴ Aquela separação e hierarquização iriam indicar ainda uma concepção mais geral da pesquisa etnológica realizada então: a orientação por uma perspectiva de trabalho onde a participação do observador poderia ser controlada nos termos de uma pura objetividade descritiva, e cujas informações serviriam para um intuito classificador. Assim, as especificidades de cada povo estudado não deveriam indicar mais do que o seu lugar dentro de uma escala geral cuja direção e ponto mais alto eram dados pela civilização européia.

A busca de certo método na coleta de informações tal como reivindica Varnhagen, deveria acurar na divisão dos grupos indígenas, evitando posteriormente a generalização que impedia a correta identificação das tribos. O que nos parece de suma importância frisar é que, ao insistir em um método, Varnhagen expunha a necessidade de legitimar a etnografia por um procedimento científico colocado em proximidade ao conhecimento histórico. Porém, o que é resguardado como convicção expressa no historiador, e que se repercutiria no

⁷⁴ v. a discussão de V. Sinder, *Configurações da narrativa: verdade, literatura e etnografia*. Tese de Doutorado, Dep. Letras, Puc-rio, 1992.

direcionamento na divisão das seções do Instituto, é que a etnografia – o conhecimento dos povos sem história –, não deveria se confundir com o próprio domínio da história. Dizia, portanto, Varnhagen:

Convém que todos estejamos persuadidos que o nosso passado, o actual império mesmo, interessará tanto mais outras nações civilizadas e instruídas, quanto mais longe poderemos fazer remontar **não as fontes da nossa história**, mas os mythos de seus tempos heróicos, mas as inspirações de sua poesia.⁷⁵

A partir desta afirmação pode-se ter uma clara idéia do lugar que para Varnhagen, deveria ocupar os estudos sobre os índios dentro do Instituto. Os assuntos da “etnografia”, embora precisassem de um método tanto mais próximo da filologia, deveriam ser separados dos estudos históricos, no que diz respeito ao seu estatuto, pois eles importavam para as matérias de natureza hierarquicamente distintas: os estudos de um passado indígena interessavam aos mitos e fábulas; pertencendo já a história ao discurso mais estritamente científico.

Neste seu esforço de distinção e ao mesmo tempo de hierarquização, Varnhagen não deixava de se posicionar e construir sua própria identidade como historiador. E tal atitude de Varnhagen seria repetida em outras ocasiões, como recentemente analisara Janaína Amado, como quando ele buscara tratar da história de Diogo Álvares, o Caramuru, afastando-o do emaranhado mítico e buscando esclarecer seu devido lugar na história dos fatos. Nesta maneira de Varnhagen afirmar-se como historiador, atribuindo a si a tarefa de distinguir as lendas da verdade dos fatos históricos, estava incutida a forma própria com que no século dezanove concebeu o campo disciplinar da história.⁷⁶

A criação de um espaço oficialmente definido para o estudo dos assuntos indígenas dentro do Instituto tendeu assim a pôr em maior relevância a distinção, e ao mesmo tempo a relação, entre aquele campo de estudos e a história. A seção de etnografia e arqueologia oficializada no Instituto Histórico em 1851 refletiria o

⁷⁵Grifo meu, Varnhagen, op. cit., p. 393.

⁷⁶ Janaína Amado analisou a monografia sobre Diogo Álvares, de Varnhagen, texto onde o historiador procuraria expor esta mesma distinção acerca de um assunto que pautava tanto entre os “contos maravilhosos”, como na História: o personagem mítico e histórico nacional, o Caramuru. V. Janaína Amado, “Diogo Álvares, o Caramuru e a fundação mítica do Brasil”, in: Estudos Históricos, 25(1), 2000.

próprio movimento de criação de um espaço discursivo sobre os índios e o passado remoto, no contexto da busca de uma história de cunho “nacional”.

Os Novos Estatutos do Instituto Histórico, impressos em 1851, ampliavam o número de comissões permanentes de quatro para dez, incluindo uma comissão separada de “arqueologia, etnografia e línguas indígenas”.⁷⁷

Mas a etnografia, na primeira metade dos oitocentos, e isto não só no Brasil, mas também no continente europeu, era um campo de conhecimento em gestação. Ela se formaria por um conjunto de textos de natureza diversa, como os relatos de viajantes, os relatórios de presidentes de província, as crônicas coloniais, os escritos dos jesuítas, e os vocabulários de línguas indígenas.

A “obsessão” nascida no Império do Brasil por uma unidade brasileira “pré-e-proto-históricamente” conformada, como na expressão de Demetrio Magnoli, e que passava pela afirmação da existência de um espaço territorial naturalmente constituído, também incidia na detecção de uma unidade lingüístico-cultural dos povos ameríndios do território brasileiro. Esta seria ainda uma outra leitura possível para o esforço dos letrados reunidos no Instituto Histórico de realizarem estudos da língua geral, ou seja, a língua criada pelos jesuítas para se comunicarem com a maior parte dos grupos de origem tupi-guarani. Tal esforço se traduzia nas compilações de dicionários da língua tupi, como a edição realizada por Gonçalves Dias em 1858, do “Vocabulário da língua tupy, chamada de língua geral dos índios brasileiros”, e que figuraria como apêndice no *Diccionario da língua portuguesa para uso dos portugueses e brasileiros*, de José Maria d’Araújo e Correia de Lacerda.

Mas se a seção de etnografia surgida dentro do Instituto Histórico implicava em uma relação importante que se procurava delinear entre os índios brasileiros e a História Pátria que se procurava escrever, os textos apresentados no Instituto que tratavam do objeto indígena não deixavam de criar por si outras falas. Um exemplo intrigante é o retrato de Cunhambebe retirado da obra da obra de André Thevet, e impresso em 1850, na Revista do Instituto Histórico. Dizia a legenda que justificava aquela estampa:

⁷⁷ Cf. *Novos Estatutos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro : Ed. Paula Britto, 1851.

Não é por sentimentos de admiração por um chefe bárbaro da raça que havia invadido este território antes que a eles chegassem, com a civilização e cristianismo, nossos pais, nem para render culto a um brutal e vingativo sacerdote da antropofagia americana, que nos propusemos a fazer aparecer em todo o seu relevo o chefe índio de cujo retrato tomado por Thevet (quando aqui esteve no Rio em 1557 com Villegagnon) damos na estampa um fac-simile, tão exato quanto possível: - é por amor da verdade histórica: é para que admirem os que admirar quiserem (não nós) essa cabecilha, que por anos foi o terror e o senhor despótico de todo o território e da costa e mar que corre desta Bahia até Santos. – Filósofos admiradores da selvageria! Vede-vos nesse espelho, dizei se vos lisonjeareis de ser governados por um homem fera, que se gabava, por proeza, de ter tragado um sem número de seus semelhantes avaliados em 10 mil por Thevet, que lhe chama le plus redacté diable de todo o país.

Há sim na guerra um ponto de contato entre a civilização e a barbaria; mas o homem civilizado reconhece na mesma guerra um recurso último, a última ratio regum, proveniente ainda da insuficiência do direito humano, e o bárbaro guerreia e faz mal só por obedecer a instintos brutais, que ele mesmo não sabe explicar, nem definir.

Por agora porém não façamos juízos preventivos acerca desse gentio que ocuparam um papel importante na nossa história, quando ela se escreva.⁷⁸

Assinava-se logo abaixo a estas considerações: *A Redação*, no que nos parece ser um texto de autoria do próprio Varnhagen, pela época em que foi ele escrito. Ficamos assim a imaginar qual não teria sido o incômodo do redator, ao se fazer imprimir aquele rosto de um Cunhambebe antropófago ressurgida do século XVI, e cujo significado era todo justificado nas últimas considerações: retratar um personagem que faria parte da “nossa história, quando ela se escreva”, frisando que, mesmo que a imagem pudesse causar a admiração em alguns, tal sentimento não era partilhado por aquela mesma Redação do Instituto, como se deixava claro: “não nós”...

Talvez o texto que acompanha aquela imagem sintetize bem o problema enfrentado pela etnografia criada dentro do Instituto Histórico. Ela possuía a finalidade de formar uma imagem do índio brasileiro, a partir de uma referência que ao mesmo tempo justificava a existência daquele campo de estudo: a possibilidade de se discursar sobre o elemento que passava a ser visto como parte da gênese nacional. Era assim a construção de uma gênese que, no entanto,

⁷⁸ RIHGB, t.13, 1850.

apartava uma realidade mais complexa, afinal, o que estava em jogo era a negatividade imputada a uma realidade quase não-dita no Instituto: a escravidão e o elemento negro da população. Ao mesmo tempo em que a constituição de um saber sobre o índio para os letrados se alimentava da afirmação da autonomia nacional, tal campo ainda surgia como um reduto de outros debates contraditórios, como expressava o incômodo presente na legenda do retrato de Cunhambebe. Pois o que se expunha de forma indireta neste incômodo era a dificuldade de moldar a própria idéia de nação neste novo Império, cujo território ainda incluía diversas outras “nações” indígenas. É com a abordagem dessa questão que deveremos prosseguir.